

## III ENAM – 1.2025 – Gabarito Comentado

### Olá futuro Juiz(a)!

Elaboramos o presente gabarito comentado da 3ª Prova do ENAM para servir como ferramenta de estudos para a próxima prova. Inclusive,  **sinalizamos as questões passíveis de recurso com respectivos fundamentos!** Nos baseamos na prova tipo 1 e respectivo gabarito.

**Mas, antes de prosseguirmos, queremos nos apresentar.**

A **ProMagis** surgiu com uma filosofia diferente em cursos jurídicos: conteúdo direcionado às necessidades do aluno.

Diante da necessidade de um ensino mais eficaz e direcionado, a ProMagis foi estruturada com o propósito de propiciar cursos que prezam pela especialização qualidade do ensino e conteúdo planejado para as efetivas necessidades dos alunos.

Tudo isso para garantir um aprendizado mais efetivo, célere e, sobretudo humanizado!

Nosso sonho começou em 2011, focado na preparação dos candidatos ao cargo de Juiz do Trabalho. Com o tempo, fomos crescendo, criando mais cursos, passando a atuar também na preparação para o MPT e agora preparação para o ENAM!

**Inclusive, aproveitamos a oportunidade para te convidar para a nossa próxima turma focada no IV ENAM (2.2025). Detalhes no link: <https://www.promagis.com.br/enam-intensivo-2o-sem-2025>**

## Por que escolher o nosso curso para o ENAM 2.2025?

1. **Conteúdo planejado com base em dados:** nós fizemos um estudo estatístico dos temas que mais caem em cada matéria do ENAM, de modo a direcionar o seu estudo e garantir um ganho efetivo de pontuação em prova.
2. **Carga Horária Abrangente:** com 88 horas de aulas (80 horas de aulas gravadas e mais 8 horas de aulas ao vivo), oferecemos conteúdo detalhado e estruturado, abordando todos os tópicos mais relevantes para o Exame.
3. **Aulas especialmente planejadas para o ENAM:** aqui  você pode ter certeza, todo o conteúdo foi planejado (aulas e apostilas) para o ENAM. Nada de aulas reaproveitadas de concursos em geral, que servem para qualquer prova ou concurso. Queremos que você ganhe tempo e eficiência na sua preparação.
4. **Material Exclusivo:** você terá acesso a **apostilas em PDF**, um **cronograma de estudos personalizado** e um **banco de questões objetivas**, otimizando sua preparação e permitindo que você pratique de forma direcionada.
5. **Plantão de Dúvidas:** ofereceremos 08 horas de aulas ao vivo (uma para cada disciplina), para sanar as últimas dúvidas e deixar você pronto para a prova!
6. **Flexibilidade e Comodidade:** as aulas serão gravadas (inclusive aquelas ao vivo), permitindo que você estude no seu ritmo e de acordo com sua disponibilidade. Ideal para profissionais com agendas cheias.
7. **Metodologia Direcionada:** nosso conteúdo é organizado com base no perfil do ENAM, focando nas disciplinas e competências exigidas pela banca examinadora.

*Esperamos você em nosso time de aprovados!*

*Agora, vamos à prova!*

## Comentários à prova do ENAM 1.2025

**Síntese das questões passíveis de recurso: 9, 31, 51, 52, 65 e 70**

### **Direito Constitucional**

#### **Questão 1**

Duas mulheres vivem em união estável e tiveram uma filha. A mãe gestante é médica e trabalha em um hospital privado, enquanto a mãe não gestante é psicóloga e trabalha em uma organização não governamental. A mãe gestante gozou de licença-maternidade e agora, após o retorno ao trabalho, desfruta da estabilidade de gestante.

Em relação à mãe não gestante, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ela teria direito à licença-maternidade se a mãe gestante não tivesse gozado do benefício. Na hipótese, a mãe não gestante tem direito à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.
- (B) Ela não faz jus a qualquer licença ou período de ausência justificada ao trabalho.
- (C) Ela tem o mesmo direito da mãe gestante, durante o mesmo período.
- (D) Ela apenas poderá gozar da licença-maternidade após o término da licença-maternidade da mãe gestante.
- (E) Ela teria direito à licença-maternidade se a mãe gestante não tivesse gozado do benefício. Na hipótese, a mãe não gestante tem direito à licença pelo período equivalente ao da adoção de criança menor de 18 anos.

### **COMENTÁRIOS**

#### **Gabarito oficial: Letra A**

Comentário técnico:

Segundo jurisprudência do STF (Tema 1.072), é possível a concessão de licença-maternidade à mãe não gestante em união homoafetiva, desde que a gestante não tenha usufruído do benefício. Não sendo esse o caso, a mãe não gestante tem direito ao período equivalente ao da licença-paternidade, conforme interpretação extensiva da Constituição e da jurisprudência.

A alternativa A está correta, pois respeita esse condicionamento e aplica corretamente a ideia de proteção à parentalidade e à dignidade da criança e da família homoafetiva.

Tema dominante: Direitos sociais – licença parental em famílias homoafetivas

Fonte dominante: Jurisprudência (STF – Tema 1.072)

## Questão 2

Com o objetivo de cumprir uma promessa de campanha, o Deputado Federal João almejava apresentar um projeto de lei ordinária disciplinando uma política pública especificamente direcionada ao lazer da população carente, o que acarretaria despesas para a sua implementação. Por essa razão, solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de ser apresentada uma proposição desse teor, mais especificamente na perspectiva de sua conformidade constitucional.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o esclarecimento dado pela assessoria.

- (A) Embora seja possível a apresentação da proposição, ela deve ter a forma de projeto de lei complementar.
- (B) Não é possível a apresentação da proposição, pois é vedado aos parlamentares a iniciativa de proposições que acarretem o aumento da despesa pública.
- (C) É possível a apresentação da proposição, pois ela não versa sobre a estrutura da Administração, a atribuição de seus órgãos ou o regime jurídico dos seus servidores.
- (D) Não é possível a apresentação da proposição, pois importaria em afronta à separação dos poderes, considerando que as políticas públicas são implementadas pelo Poder Executivo.
- (E) Apesar de a proposição acarretar o aumento da despesa pública, esse não é o referencial constitucional adequado para se avaliar o poder de iniciativa ou o poder de emenda parlamentar, não sendo possível, contudo, a sua apresentação, pois a iniciativa legislativa para tratar sobre o tema é do Chefe do Poder Executivo.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra C

Comentário técnico:

A Constituição (art. 61, §1º) estabelece a reserva de iniciativa do Chefe do Executivo apenas para matérias relacionadas à estrutura da Administração, regime jurídico dos servidores e organização do Poder Executivo. Como a proposta trata de política pública de lazer sem alterar estrutura administrativa ou regime de pessoal, não há vício de iniciativa.

A alternativa C está correta ao reconhecer essa possibilidade.

Tema dominante: Reserva de iniciativa legislativa

Fonte dominante: Constituição Federal (art. 61, §1º)

### Questão 3

Sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental não é um meio processual apto a desconstituir decisões judiciais transitadas em julgado.
- (B) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é a via adequada para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de Súmula Vinculante.
- (C) Para justificar o conhecimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, a violação ao preceito fundamental deve ser efetiva, e não meramente hipotética.
- (D) Cabe Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental para examinar a inconstitucionalidade da conduta, comissiva e omissiva, que impede a produção dos efeitos de norma legitimamente aprovada pelo Congresso Nacional.
- (E) É cabível a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental quando houver uma violação generalizada dos direitos humanos, uma omissão estrutural dos três Poderes e uma necessidade de solução complexa que exija a participação de todos os Poderes.

### COMENTÁRIOS

**Gabarito oficial: Letra B (afirmativa incorreta)**

Comentário técnico:

A ADPF não é instrumento hábil para cancelar ou revisar súmulas vinculantes, que têm procedimento próprio (CF, art. 103-A, §2º e §3º). A alternativa B está, portanto, incorreta, como exige o comando da questão.

As demais afirmativas refletem adequadamente a jurisprudência do STF quanto aos requisitos e hipóteses de cabimento da ADPF.

Tema dominante: ADPF – finalidade e limites

Fonte dominante: CF/88 e Lei 9.882/99

#### Questão 4

Ao proferir sentença em determinada relação processual, que opunha particular e certo ente federativo, o Magistrado observou que a interpretação do texto constitucional exigia a identificação dos significados passíveis de serem atribuídos ao significante interpretado e, após a resolução das conflitualidades intrínsecas que se manifestam no curso da interpretação, a escolha do significado deve preponderar.

Em se tratando de norma constitucional individualizadora de direito fundamental, ainda é preciso proceder à sua concordância prática com outras normas constitucionais que assegurem direitos da mesma natureza.

A partir das premissas que direcionaram a argumentação do Magistrado, é correto afirmar que ele

- (A) afasta a existência de um conteúdo essencial do direito fundamental.
- (B) entende que a posição definitiva do direito fundamental não carece da incidência da restrição para o seu surgimento.
- (C) reconhece a existência de limites imanentes para os direitos fundamentais.
- (D) é adepto da tópica pura na resolução dos problemas concretos submetidos ao julgamento.
- (E) entende que os direitos fundamentais apresentam conteúdos prima facie.

#### COMENTÁRIOS

##### Gabarito oficial: Letra E

Comentário técnico:

O magistrado, segundo o enunciado, parte de uma visão que reconhece a existência de diferentes sentidos possíveis de uma norma e defende a

ponderação entre normas constitucionais para se chegar à prevalência de uma delas.

Isso reflete a concepção segundo a qual direitos fundamentais são princípios com conteúdo prima facie, ou seja, são dotados de peso relativo, podendo ceder a outros em casos concretos. É a concepção de Robert Alexy.

Tema dominante: Colisão de direitos fundamentais – teoria dos princípios

Fonte dominante: Doutrina (Alexy) / Jurisprudência

### Questão 5

A norma Y da União permitiu o acesso, por autoridades policiais e pelo Ministério Público, a dados cadastrais, referentes à qualificação pessoal, à filiação e ao endereço de pessoas investigadas, independentemente de autorização judicial. Sobre a referida norma, considerando a ordem constitucional brasileira e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) É constitucional apenas no que tange ao Ministério Público, na qualidade de titular da ação penal pública, pois é competência privativa da União legislar sobre processo penal.
- (B) É inconstitucional, somente o Ministério Público poderia ter acesso aos dados, uma vez que é o titular da ação penal pública e tem o poder de requisição expresso na Constituição.
- (C) É inconstitucional, pois o acesso a esses dados pela Polícia e pelo Ministério Público, sem autorização judicial, viola os direitos à privacidade e à proteção de dados pessoais.
- (D) É constitucional, pois o acesso a esses dados pela Polícia e pelo Ministério Público não viola os direitos à privacidade e à proteção de dados pessoais.
- (E) É constitucional, pois a Constituição protege o sigilo da comunicação telefônica, exigindo autorização judicial para a sua quebra, e não o sigilo de dados pessoais, que podem ser compartilhados sem autorização, inclusive, entre empresas distintas.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: Letra D

Comentário técnico:

O STF já firmou entendimento de que dados meramente cadastrais (nome, endereço, filiação) não estão protegidos pelo sigilo previsto no art. 5º, X e XII, da CF/88. Assim, MP e Polícia podem acessá-los sem autorização judicial (ADI 4906)

Portanto, a alternativa D é correta: o acesso a esses dados não viola os direitos à privacidade e à proteção de dados, desde que se trate de dados básicos e não sensíveis.

Tema dominante: Direitos fundamentais – privacidade e dados pessoais

Fonte dominante: Jurisprudência (STF)

## Questão 6

Em uma sociedade empresária de grande porte ocorrem as seguintes situações:

- Pedro, que tem 13 anos de idade, e Silvia, que tem 17 anos de idade, trabalham como aprendizes;
- Regina, que tem 20 anos de idade, e Júlio, que tem 17 anos de idade, trabalham na escala 12 x 36h, no horário das 19 às 7 horas, com pausa alimentar de uma hora;
- Isadora e Roberto, com 20 e 25 anos de idade, respectivamente, trabalham manipulando produtos químicos altamente inflamáveis, recebendo os equipamentos de proteção individual correspondentes.

Considerando esse panorama, à luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os contratos de Pedro e Silvia são ilícitos.
- (B) Os contratos de Pedro e Júlio são proibidos.
- (C) O contrato de Pedro é ilícito e o de Isadora, proibido.
- (D) Os contratos de Isadora, Roberto e Silvia são proibidos.
- (E) Todos os contratos são válidos porque seguiram a modelagem de regência.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra B

Comentário técnico:

Pedro, com 13 anos, não pode ser contratado como aprendiz. A aprendizagem só é permitida a partir dos 14 anos (CF, art. 7º, XXXIII; CLT, art. 428).

Júlio, com 17 anos, trabalha em jornada noturna (19h às 7h), o que é proibido a menores de 18 anos (CF, art. 7º, XXXIII; CLT, art. 405, §2º, “a”).

Portanto, ambos os contratos (Pedro e Júlio) violam a legislação protetiva da criança e do adolescente, e a alternativa B é a única correta ao reconhecer essa ilicitude.

Tema dominante: Trabalho de menores – proibições constitucionais

Fonte dominante: Constituição Federal e CLT

### Questão 7

O sindicato das empresas do ramo de siderurgia de determinado município de São Paulo e o sindicato dos trabalhadores na indústria de siderurgia do mesmo município entabularam uma convenção coletiva, que dispunha sobre vários direitos trabalhistas dos empregados, alegando a prevalência do negociado sobre o legislado.

Em relação aos direitos assegurados aos empregados, sob o aspecto da validade das cláusulas da norma coletiva em comento, observados os termos da Constituição da República, assinale a afirmativa correta.

- (A) Considerando a previsão da licença maternidade, fica suprimido o direito à licença-paternidade.
- (B) Considerando a estipulação de estabilidade normativa decenal, fica acordada a redução da estabilidade gestante para 120 dias, a fim de equivaler com a licença-maternidade.
- (C) Considerando o teor da Convenção 118 da OIT, em matéria de Previdência Social, deve ser dado tratamento igualitário entre nacionais e não nacionais.
- (D) Considerando a existência de programa permanente de transferência de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social, fica suprimido o direito ao seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário.
- (E) Considerando que o Brasil não aderiu à Convenção 19 da OIT acerca da igualdade de tratamento entre trabalhadores nacionais e estrangeiros em matéria de indenização por acidente de trabalho, o tratamento poderá ser distinto.

### COMENTÁRIOS

**Gabarito oficial: Letra C**

Comentário técnico:

A Convenção nº 118 da OIT, ratificada pelo Brasil, trata da igualdade de tratamento em matéria de Previdência Social entre nacionais e não nacionais. Logo, é correto afirmar que se deve aplicar tratamento igualitário, conforme previsto na norma internacional incorporada.

As demais alternativas envolvem supressão de direitos indisponíveis (licença-paternidade, estabilidade gestante, seguro-desemprego) ou premissas incorretas quanto a adesão do Brasil a convenções da OIT.

Tema dominante: Limites da negociação coletiva e normas internacionais

Fonte dominante: Convenção nº 118 da OIT

### Questão 8

Determinada sociedade empresária mantém, em seus quadros de prestadores de serviços, tanto empregados celetistas, quanto, para serviços eventuais, trabalhadores autônomos ou trabalhadores que prestam serviços por intermédio de pessoa jurídica.

Certo dia, houve a visita de um Auditor Fiscal do Trabalho que lavrou auto de infração pelo fato de haver constatado que, entre todos os trabalhadores no período, três eram autônomos. Diante disso, a sociedade empresária, que já havia esgotado as esferas administrativas, deseja questionar judicialmente a penalidade administrativa.

Assinale a opção que indica de quem será a competência para o julgamento da demanda.

- (A) Justiça Federal.
- (B) Justiça do Trabalho.
- (C) Justiça Comum Estadual.
- (D) Concorrente, entre a da Justiça Federal e a da Justiça do Trabalho.
- (E) Concorrente, podendo ser da Justiça Federal e da Justiça Comum Estadual.

### COMENTÁRIOS

Gabarito oficial: Letra B

Comentário técnico:

A discussão judicial gira em torno da validade de auto de infração lavrado por Auditor Fiscal do Trabalho, em matéria que envolve a qualificação da relação jurídica como trabalhista.

Conforme o art. 114, I e VII da CF/88, compete à Justiça do Trabalho julgar ações que envolvam a relação de trabalho e execução de multas administrativas impostas pelos órgãos de fiscalização do trabalho.

Tema dominante: Competência da Justiça do Trabalho

Fonte dominante: Constituição Federal (art. 114)

### Questão 9

Após ampla mobilização da sociedade civil organizada, o Estado Alfa editou a Lei nº X, dispondo sobre os requisitos a serem observados para fins de licenciamento ambiental pelas sociedades empresárias que explorem a atividade econômica de telefonia, ao instalarem redes de transmissão do respectivo sistema no território estadual. A sistemática legal foi influenciada pelo impacto paisagístico ocasionado pelas referidas redes.

A sociedade empresária Sigma descumpriu as regras estabelecidas e foi autuada, recebendo a penalidade de multa. Irresignada com a punição, impetrou mandado de segurança contra o ato da autoridade e requereu que fosse reconhecida, incidentalmente, a inconstitucionalidade do referido diploma normativo.

A respeito da alegada inconstitucionalidade da Lei nº X, assinale a afirmativa correta.

- (A) O diploma normativo deve ser considerado constitucional, desde que as exigências impostas às sociedades empresárias do setor, na perspectiva dos custos, sejam proporcionais à arrecadação.
- (B) A matéria é de competência legislativa privativa da União, insuscetível, portanto, de delegação, logo o diploma normativo é inconstitucional.
- (C) Em razão da natureza da atividade econômica alcançada pelo diploma normativo, foi invadida a competência legislativa privativa da União.
- (D) O impacto paisagístico gerado pelas redes consubstancia típico interesse local, o que atrai a competência dos municípios para legislar sobre a matéria, logo o diploma normativo é inconstitucional.
- (E) O Estado tem competência legislativa concorrente com a União para legislar sobre a proteção do meio ambiente, logo o diploma normativo é constitucional, caso tenham sido observadas as normas gerais vigentes.

## COMENTÁRIOS

### **Gabarito oficial: Letra C (questão passível de recurso)**

Comentário técnico:

A alternativa C sustenta que a natureza da atividade econômica – telecomunicações – estaria protegida por competência legislativa privativa da União, o que tornaria inconstitucional a interferência normativa do Estado Alfa, ainda que com motivação ambiental (impacto paisagístico).

Nos termos do art. 22, IV, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre telecomunicações. Ainda que o licenciamento ambiental seja matéria de competência concorrente (CF, art. 24, VI), o argumento do gabarito é que a legislação estadual interferiu diretamente em uma atividade regulada por norma federal, o que configuraria usurpação da competência privativa.

Ou seja, o raciocínio da alternativa correta (segundo o gabarito) parte da ideia de que, embora exista competência estadual para legislar sobre meio ambiente, essa competência não poderia limitar, restringir ou disciplinar o funcionamento de atividade econômica sob regulação federal específica, como a telefonia.

Tema dominante: Competência legislativa – conflito entre proteção ambiental e regulação econômica federal

Fonte dominante: Constituição Federal, art. 22, IV

Entendemos que é plausível recurso, considerando os seguintes argumentos:

Embora a atividade econômica (telecomunicação) seja de competência privativa da União (CF, art. 22, IV), a proteção ambiental — inclusive paisagística — justifica a atuação estadual, conforme a jurisprudência consolidada do STF sobre competência ambiental. Neste sentido ADI 6218 e ADI 861.

A alternativa E parece mais compatível com a jurisprudência atual, e o gabarito oficial (letra C) poderia ser objeto de questionamento por desconsiderar o regime de competência concorrente em matéria ambiental.

### Questão 10

A União, por seu órgão competente, decidiu realizar o lançamento tributário do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, em relação aos valores pagos pelo Município Alfa à sociedade empresária Sigma, contratada após regular processo licitatório para recuperar o mobiliário das secretarias desse ente federativo; e à pessoa física X, contratada com dispensa de licitação, para restaurar o douramento de alguns móveis do século XIX.

Instados a se manifestar, Alfa, Sigma e X esclareceram que os valores correspondentes ao imposto sobre a renda retido na fonte foram efetivamente descontados, mas não foram repassados à União.

À luz da sistemática constitucional, em relação aos valores descontados, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pertencem a Alfa, tendo sido correta a sua retenção, com a ausência de repasse à União.
- (B) Pertencem à União, titular da competência tributária, que pode repassá-los a Alfa por meio de transferência voluntária.
- (C) Devem ser direcionados ao Fundo de Participação dos Municípios, de modo que haja a distribuição equitativa dos valores dessa natureza.
- (D) Devem ser restituídos por Alfa a Sigma e a X, considerando que somente a União pode realizar o lançamento tributário de imposto de sua competência.
- (E) Somente pertencem a Alfa os valores incidentes sobre os pagamentos realizados a X, não aqueles decorrentes dos pagamentos direcionados a Sigma.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: Letra A

Comentário técnico:

Segundo o STF (RE 592.616/RS – Tema 437), o IRRF incidente sobre valores pagos por entes públicos pertence ao ente federativo pagador, no caso, o Município Alfa. Isso decorre da regra de repartição de receitas tributárias, conforme o art. 158, I da CF/88.

Portanto, os valores foram corretamente retidos pelo Município e não devem ser repassados à União.

Tema dominante: Titularidade do IRRF retido na fonte

Fonte dominante: Constituição Federal (art. 158, I) e jurisprudência (STF)

## Questão 11

À luz da atual jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o tema prisão, avalie as assertivas a seguir.

I. Consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em razão da Lei nº 13.964/2019, não é mais possível ao Juiz, de ofício, decretar ou converter a prisão em flagrante em prisão preventiva.

II. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é incompatível com a Constituição Federal – por ofensa ao princípio da isonomia (Art. 3º, inciso IV; e Art. 5º, caput, da CRFB/88) – a previsão contida no inciso VII do Art. 295 do CPP que concede o direito à prisão especial, até decisão penal definitiva, a pessoas com diploma de ensino superior.

III. O Supremo Tribunal Federal atribuiu interpretação conforme a Constituição Federal, ao § 1º do Art. 3º-B do CPP, incluído pela Lei nº 13.964/2019, para estabelecer que o preso em flagrante ou por força de mandado de prisão provisória será sempre encaminhado à presença do Juiz das Garantias, no prazo de 72 horas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra C

Comentário técnico:

A alternativa C considera corretas as afirmativas I e II.

A afirmativa I está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que consolidou o entendimento de que, após a entrada em vigor da Lei nº 13.964/2019, o juiz não pode decretar a prisão preventiva de ofício, sendo necessária a provocação do Ministério Público, do querelante ou do assistente de acusação, nos termos do art. 311 do CPP.

A afirmativa II reflete o entendimento de que a previsão de prisão especial para pessoas com diploma de nível superior, constante do art. 295, VII, do CPP, não se coaduna com os princípios constitucionais da isonomia e da dignidade da pessoa humana, previstos nos arts. 3º, IV, e 5º, caput, da CF/88. Essa previsão tem sido objeto de críticas doutrinárias e de julgados que apontam sua superação à luz dos valores constitucionais.

Já a afirmativa III não foi considerada correta pelo gabarito oficial, pois apresenta interpretação que não corresponde de modo preciso à sistemática atual de implementação do juiz das garantias, especialmente no que se refere aos prazos.

Tema dominante: Prisão preventiva, juiz das garantias e controle de constitucionalidade

Fonte dominante: Código de Processo Penal (art. 311); Constituição Federal (arts. 3º, IV, e 5º, caput)

## Questão 12

João, servidor público, vinha sendo investigado pelo Ministério Público por integrar uma organização criminosa dedicada à prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.

A partir da atuação de agentes infiltrados, como previsto pela legislação que dispõe sobre regras específicas para a investigação dessa espécie de ilícito, devidamente autorizada pelo Poder Judiciário em decisão motivada, constatou-se que João utilizava-se da estrutura de sua repartição para a prática dos ilícitos, o que configuraria infração disciplinar.

Em relação à utilização da referida prova no processo administrativo disciplinar, assinale a afirmativa correta.

- (A) A independência entre as instâncias obsta a utilização da prova.
- (B) Somente é possível a utilização da prova caso tenha sido regularmente produzida na investigação penal.
- (C) Como a atuação de agentes infiltrados não é autorizada para a apuração de infrações disciplinares, não é possível a utilização da prova.
- (D) Somente é possível a utilização da prova caso a decisão judicial que a autorizou tenha disposto, previamente, sobre a sua utilização em outras instâncias de responsabilização.

(E) Apesar de o princípio do devido processo legal vedar a utilização, no processo administrativo, de prova produzida na investigação penal, é possível o seu aproveitamento com base em um critério de proporcionalidade.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra B

Comentário técnico:

A alternativa correta reconhece que a utilização de prova no processo administrativo disciplinar (PAD) é possível, desde que tenha sido validamente produzida na investigação penal. A atuação de agentes infiltrados, autorizada judicialmente, pode ser usada em outras esferas sem necessidade de nova autorização específica, desde que respeitado o devido processo legal.

A alternativa B está de acordo com os princípios da autonomia relativa das instâncias e com precedentes do STJ.

Tema dominante: Provas em PAD oriundas do processo penal

Fonte dominante: Jurisprudência do STJ

### Questão 13

O Município Delta e a Organização Internacional Sigma celebraram um ajuste, caracterizado pela convergência de interesses, no qual o primeiro deveria promover a destinação de mobiliário e equipamentos de informática, fornecidos pela segunda, a projetos sociais.

Em razão de divergências na interpretação do ajuste, a questão foi judicializada, com o ajuizamento de uma ação de procedimento comum em face de Delta, por Sigma. O Juízo com competência originária para processar e julgar a causa julgou improcedente o pedido, exaurindo a respectiva instância, em decisão que Sigma considerou ser manifestamente contrária à Constituição da República.

Sobre a decisão, à luz da sistemática vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) É irrecorrível.
- (B) Pode ser objeto de recurso de fundamentação livre, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) Pode ser objeto de recurso de fundamentação livre, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

(D) Pode ser objeto de recurso de fundamentação livre, a ser julgado pelo Tribunal Regional Federal correlato.

(E) Pode ser objeto de recurso de fundamentação vinculada, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra C

Comentário técnico:

A alternativa C considera que o recurso cabível contra decisão que exauriu a instância originária, proferida por juiz federal em ação envolvendo organização internacional, é de fundamentação livre e dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.

Nesse contexto, a questão apresenta uma ação de procedimento comum proposta por uma organização internacional contra um município, com julgamento final por juiz com competência originária (presumivelmente juiz federal). A parte recorrente entende que a decisão violou a Constituição.

Embora, em regra, recursos por violação direta à Constituição sejam de competência do Supremo Tribunal Federal (art. 102, III, "a"), o gabarito reconhece a possibilidade de recurso para o STJ com fundamento infraconstitucional, o que seria viável se a tese central da decisão recorrida não se apoiasse diretamente na Constituição, ou se a violação alegada fosse indireta.

Tema dominante: Competência recursal e organização judiciária

Fonte dominante: Constituição Federal, arts. 102 e 105

### Questão 14

Uma Constituição Estadual foi modificada, por iniciativa parlamentar, e passou a dispor que compete, privativamente, ao Tribunal de Justiça eleger seu órgão diretivo por voto de todos os magistrados em atividade, de primeiro e segundo grau, da respectiva jurisdição, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Por sua vez, uma lei que trata da Magistratura, datada de 1979, expressa que os Tribunais elegerão aqueles que ocuparão os cargos de direção. O mandato seria de dois anos, proibida a reeleição.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o pensamento do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O tema pode ser veiculado por meio de emenda constitucional de iniciativa parlamentar, porque se trata de processo legislativo de aprovação mais rigorosa e com forte pedigree democrático.
- (B) A eleição dos órgãos diretivos é assunto que diz respeito ao Estatuto da Magistratura e, sendo a eleição nacional, a espécie normativa deve ser a lei ordinária editada pelo Congresso Nacional.
- (C) A amplitude do colégio eleitoral para fins de eleições dos órgãos diretivos está resguardada no princípio democrático e é tema de assento constitucional, devendo ser veiculada por norma constitucional estadual.
- (D) Compete privativamente aos Tribunais, assim entendidos como órgãos colegiados, a eleição de seus órgãos diretivos, o que exclui a possibilidade de inclusão, por norma constitucional estadual, de Juízes no colégio eleitoral.
- (E) Por ser oriunda do período ditatorial, a mencionada Lei da Magistratura não foi recepcionada pela Constituição de 1988, havendo um vácuo legislativo sobre a eleição dos órgãos diretivos a permitir o trato do tema na seara constitucional estadual.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra D

Comentário técnico:

A eleição dos órgãos diretivos dos tribunais é matéria reservada ao Estatuto da Magistratura, sendo vedada sua disciplina por Constituição Estadual, especialmente se permitir a participação de juízes de 1º grau. A competência para eleger órgãos diretivos é do colegiado do próprio tribunal (LOMAN, art. 102).

A alternativa D está de acordo com a jurisprudência consolidada do STF (ADI 3504).

Tema dominante: Organização judiciária e Estatuto da Magistratura

Fonte dominante: ADI 4412 e LOMAN

### Questão 15

A intervenção federal, o estado de defesa e o estado de sítio são institutos previstos na Constituição Federal. Pode-se dizer que esses três institutos têm em

comum a característica da excepcionalidade, ou seja, são exercidos apenas em hipóteses excepcionais, taxativamente previstas no texto constitucional.

Considerando essa temática, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A União poderá intervir nos Estados ou no Distrito Federal para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação. Nessa hipótese de intervenção, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário, a decretação da intervenção dependerá de solicitação do Supremo Tribunal Federal.

( ) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de: (a) comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa; (b) declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.

( ) Compete privativamente ao Presidente da República decretar o estado de defesa. Uma vez decretado o estado de defesa, o Presidente da República, dentro de determinado prazo estabelecido na Constituição, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta. Se o Congresso Nacional rejeitar o decreto presidencial, cessa imediatamente o estado de defesa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – F.
- (D) F – F – F.
- (E) V – F – V.

## COMENTÁRIOS

Gabarito oficial: Letra A (F – V – V)

Comentário técnico:

1ª afirmativa – Falsa: Em caso de coação contra o Poder Judiciário, a intervenção federal não depende de solicitação do STF, bastando a verificação do fato (CF, art. 36, I).

2ª afirmativa – Verdadeira: Está em conformidade com o art. 137 da CF.

3ª afirmativa – Verdadeira: Também correta. O estado de defesa deve ser submetido ao Congresso em 24h, que decide por maioria absoluta (art. 136, §1º, CF).

Sequência correta: F – V – V

Tema dominante: Intervenção federal, estado de defesa e de sítio

Fonte dominante: Constituição Federal (arts. 34 a 137).

### Questão 16

O Estado Alfa instituiu, por meio de uma norma estadual, um programa de fomento industrial no qual o ICMS era inicialmente arrecadado em sua integralidade. Contudo, após o ingresso da receita do imposto, parcela da receita objeto do programa de fomento era retida em proveito de um fundo, para ser posteriormente devolvida às empresas a título de incentivo financeiro fiscal. Essa sistemática resultou na diminuição do valor repassado aos Municípios a título de cota-parte do ICMS.

Diante da expressiva redução de repasses, a Associação de Municípios do Estado Alfa ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, alegando que a retenção promovida pelo Estado viola o sistema constitucional de repartição de receitas. O Estado Alfa, por sua vez, sustenta a legalidade da medida como decorrência de sua competência tributária.

Diante da controvérsia apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado possui competência plena para dispor sobre a arrecadação do ICMS, inclusive mediante concessão de benefícios fiscais, ainda que tal medida reduza as transferências constitucionais aos Municípios.
- (B) A retenção parcial da cota-parte do ICMS efetivamente arrecadado, a pretexto de incentivo fiscal estadual, é inconstitucional, pois fere o sistema de repartição de receitas estabelecido na Constituição.
- (C) Os incentivos fiscais concedidos com base em programa estadual podem justificar a retenção da cota-parte municipal do ICMS, desde que haja comunicação prévia aos órgãos de controle.
- (D) A Constituição exige a anuência dos Municípios como condição de validade para a concessão de qualquer benefício fiscal de ICMS que afete sua receita.

(E) A Constituição autoriza os Estados a disciplinarem a destinação das receitas do ICMS, inclusive mediante a imposição de condicionantes aos Municípios, desde que previstas em norma estadual.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra B

Comentário técnico:

A alternativa B afirma que a retenção parcial da cota-parte do ICMS, sob justificativa de programa de fomento estadual, é inconstitucional. Isso está em conformidade com o entendimento do STF, que considera que a repartição da receita do ICMS, nos termos do art. 158, IV, da CF/88, deve se dar sobre o valor efetivamente arrecadado, sendo vedado ao Estado manipular, por via indireta, os repasses aos Municípios.

✎ Exemplo: ADI 2.377 e ADI 1.927 – STF firmou a tese de que a devolução indireta de valores às empresas com base em programas de incentivo, após a arrecadação, viola o pacto federativo e a autonomia financeira dos Municípios.

Tema dominante: Sistema constitucional de repartição de receitas

Fonte dominante: Constituição Federal (art. 158, IV); jurisprudência do STF

## Direito Administrativo

### Questão 17

O princípio da motivação dos atos administrativos é um dos pilares do Direito Administrativo, garantindo a imparcialidade e a racionalidade das decisões, além de facilitar o controle e fortalecer a legitimidade dos atos administrativos.

Sobre a motivação dos atos administrativos, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções.
- II. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, não podendo se basear em fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores para compor o ato.

III. Na solução de vários assuntos da mesma natureza, não pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, já que tais meios prejudicam o direito dos interessados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra A (Apenas I correta)

Comentário técnico:

Item I – Correto: Está de acordo com o art. 50, I, da Lei 9.784/99, que exige motivação dos atos que imponham ou agravem deveres.

Item II – Incorreto: É possível motivar um ato com fundamento em pareceres, decisões ou informações anteriores (motivação per relationem), desde que esses elementos estejam acessíveis.

Item III – Incorreto: A repetição padronizada dos fundamentos é válida, desde que contextualizada, como reconhece a jurisprudência e a própria prática administrativa.

Tema dominante: Dever de motivação e validade do ato administrativo

Fonte dominante: Lei 9.784/99; doutrina administrativa

### Questão 18

A organização administrativa do Estado é tema afeto à distribuição de competências entre seus órgãos e entidades. Essa distribuição pode ser instrumentalizada por técnicas que estabelecem diferentes tipos de relações entre eles.

A partir dessas noções, relacione os conceitos jurídicos listados a seguir aos respectivos exemplos práticos.

1. Descentralização

2. Desconcentração
  3. Vinculação (controle ou tutela)
  4. Subordinação (hierarquia)
- ( ) O Governador do Estado X decide exonerar o Presidente de uma autarquia pelo descumprimento das metas de desempenho acordadas para o período avaliativo encerrado.
- ( ) Um Ministério Z, visando à melhor organização interna, institui, sem aumento de despesa, uma coordenadoria para o planejamento operacional de contratações públicas, subordinada à Diretoria de Administração e Finanças.
- ( ) A Presidente do Detran do Estado X determina que a Diretoria de Sistemas de Tecnologia da Informação realize uma auditoria nas bases de dados da autarquia após a ocorrência de um incidente de segurança com dados pessoais.
- ( ) O Município X institui uma autarquia para atuar no ordenamento urbano, na fiscalização das posturas municipais, bem como na proteção de bens, de serviços e das instalações municipais.
- Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.
- (A) 3 - 2 - 4 - 1.  
(B) 2 - 4 - 3 - 1.  
(C) 3 - 2 - 1 - 4.  
(D) 4 - 3 - 2 - 1.  
(E) 3 - 4 - 2 - 1.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra A

(3 - 2 - 4 - 1)

Comentário técnico:

1ª situação: Governador exonerando presidente de autarquia = vinculação (controle/tutela).

2ª situação: Criação de coordenadoria interna = desconcentração.

3ª situação: Diretora interna determinando auditoria = subordinação (relação hierárquica direta).

4ª situação: Criação de autarquia para fins específicos = descentralização (criação de entidade com personalidade própria).

Tema dominante: Estrutura e técnicas de organização administrativa  
Fonte dominante: Doutrina clássica e jurisprudência do STF

### Questão 19

Após regular procedimento licitatório, o Estado X celebrou um contrato administrativo de execução de obra pública sob o regime de contratação integrada, no qual a empresa contratada se responsabilizaria tanto pela elaboração dos projetos básico e executivo quanto pela execução da obra (Art. 6º, inciso XXXII, da Lei nº 14.133/2021).

Durante a execução do contrato, a contratada verificou que os quantitativos indicados no projeto básico eram inferiores ao necessário, fato que demandaria a alteração contratual para um pequeno acréscimo. Considerando que essa alteração resultaria em custos adicionais, a contratada solicitou a revisão do contrato para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial. O Estado X indeferiu o pedido, sob o fundamento de que a revisão contratual não era cabível para o evento em questão.

Inconformada com a situação, a sociedade empresária ajuizou demanda judicial pleiteando a revisão contratual.

Com base na Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir.

- I. No regime de contratação integrada, a contratada possui responsabilidade integral pelos riscos associados ao projeto básico.
- II. O pedido da sociedade empresária deve ser julgado procedente, pois, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a variação quantitativa que implique aumento de custos para a contratada gera o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- III. O pedido deve ser julgado improcedente, pois, no caso narrado, a variação nos custos incorridos pela contratada não teve como causa uma das exceções previstas nos incisos do Art. 133 da Lei nº 14.133/2021, motivo pelo qual se aplica a vedação à alteração contratual no regime de contratação integrada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

**Gabarito oficial: Letra C (I e III corretas)**

Comentário técnico:

Item I – Correto: A contratação integrada (Lei 14.133/2021, art. 46, §1º) atribui à contratada o risco integral sobre o projeto, inclusive quanto a quantitativos.

Item II – Incorreto: O art. 37, XXI, da CF/88 garante o equilíbrio econômico-financeiro, mas a contratação integrada tem regras próprias, que limitam a alteração contratual, mesmo com variação de custos.

Item III – Correto: A variação descrita não se enquadra nas exceções previstas no art. 133 da nova Lei de Licitações, sendo legítimo o indeferimento.

Tema dominante: Contratação integrada – riscos e reequilíbrio

Fonte dominante: Lei 14.133/2021, arts. 46 e 133

**Questão 20**

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento de Recurso Extraordinário, analisou a possibilidade de reintegração de empregados públicos dispensados em razão de aposentadoria voluntária e a competência para julgar tais demandas.

No caso concreto, discutia-se a legalidade do desligamento de empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que, após se aposentarem voluntariamente, permaneceram no exercício de suas funções.

Com base no entendimento firmado pelo STF nesse julgamento, avalie as afirmativas a seguir.

I. A natureza do ato de demissão de empregado público é trabalhista, o que atrai a competência da Justiça do Trabalho para julgar a questão.

II. A concessão de aposentadoria aos empregados públicos inviabiliza a permanência no emprego, nos termos do Art. 37, §14, da CRFB, salvo para as aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019, nos termos do que dispõe seu Art. 6º.

III. Os empregados públicos aposentados voluntariamente podem permanecer no emprego desde que a aposentadoria tenha ocorrido no Regime

Geral de Previdência Social (RGPS), independentemente da data em que tenha sido concedida.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra B (Apenas II correta)

Comentário técnico:

Item II – Correto: A decisão do STF no Tema 606 da Repercussão Geral (RE 1.262.063) firmou o entendimento de que a aposentadoria voluntária inviabiliza a permanência no emprego público, salvo se concedida pelo RGPS e antes da EC 103/2019, conforme art. 6º da emenda.

Item I – Incorreto: A jurisprudência do STF tem reconhecido que a competência é da Justiça Comum, e não da Justiça do Trabalho, por envolver discussão sobre ato administrativo de desligamento com fundamento constitucional.

Item III – Incorreto: A permanência no emprego não é permitida se a aposentadoria foi concedida após a EC 103/2019, ainda que pelo RGPS.

Tema dominante: Repercussão da aposentadoria no vínculo com a administração pública

Fonte dominante: Tema 606 da RG – STF; EC 103/2019, art. 6º

### Questão 21

A autarquia federal X, com competência para atuar na regulação da aviação civil, editou a resolução que alterou o modelo de concessão de infraestrutura aeroportuária federal, impondo exigências mais restritivas sem a realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR) ou consulta pública.

Os agentes econômicos do setor aeroportuário questionaram a legitimidade do procedimento de elaboração da norma, argumentando que seria potencialmente restritiva à concorrência e que causaria impactos negativos nos empregos diretos e indiretos gerados pelo setor.

Com base nas Leis nº 13.848/2019 e 13.874/2019, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A AIR é, em regra, obrigatória antes da edição de atos normativos por agências reguladoras, salvo hipóteses previstas em regulamento.

( ) Quando a AIR não for realizada, deve ser disponibilizada nota técnica ou documento equivalente para justificar a norma.

( ) A consulta pública é sempre obrigatória para todos os atos normativos das agências reguladoras.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – V – V.

(B) F – V – F.

(C) V – F – V.

(D) V – V – F.

(E) F – F – V.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra D

(V – V – F)

Comentário técnico:

A alternativa D está correta ao afirmar que:

A Análise de Impacto Regulatório (AIR) é regra obrigatória antes da edição de atos normativos por agências reguladoras (Lei 13.848/2019, art. 6º-B), salvo hipóteses justificadas em regulamento.

Se a AIR não for realizada, deve ser disponibilizado documento equivalente (nota técnica ou justificativa) que demonstre a motivação e os fundamentos da norma (Lei 13.848/2019, art. 6º-B, §1º).

A consulta pública não é sempre obrigatória: sua obrigatoriedade está condicionada à relevância e impacto da matéria (Lei 13.874/2019 – Liberdade Econômica, e Lei 13.848/2019 – agências reguladoras).

Tema dominante: Processo regulatório e participação social

Fonte dominante: Leis nº 13.848/2019 e 13.874/2019

## Questão 22

Em tema de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) do servidor público, avalie as assertivas a seguir.

I. A autoridade administrativa não pode se utilizar de fundamentação per relationem nos processos disciplinares.

II. Constatada a prática de falta disciplinar quando o agente estava em surto psicótico e absolutamente incapaz de entender o caráter ilícito do fato cometido, descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração Pública, ao revés, o dever de avaliar a eventual concessão de licença para o tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez, sendo inviável o apenamento de pessoa mentalmente enferma à época da conduta imputada.

III. O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar não se restringe ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sendo possível, em regra, incursão no mérito administrativo pelo caráter sancionador do PAD, inclusive nas hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia, injustiça ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.

Consoante a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra B

(Apenas a afirmativa II está correta)

Comentário técnico:

✘ Item I – Incorreto: É admitida a motivação per relationem no PAD, desde que o conteúdo esteja acessível e seja suficiente para garantir o contraditório e a ampla defesa (Súmula 674 do STJ)

☑ Item II – Correto: A incapacidade mental no momento da conduta afasta a aplicação de sanção disciplinar e impõe à Administração a análise de medidas como licença ou aposentadoria por invalidez (STJ, MS 21.240/DF).

✘ Item III – Incorreto: O controle judicial do PAD não alcança o mérito administrativo, exceto em hipóteses de teratologia, desvio de finalidade ou flagrante ilegalidade. A regra é a autonomia administrativa (Súmula 665 do STJ)

Tema dominante: Processo administrativo disciplinar – validade e controle judicial  
Fonte dominante: Jurisprudência; Lei 8.112/90; princípios constitucionais

### Questão 23

João, Magistrado recém-empossado, está em exercício em Juízo com competência fazendária. Sua assessoria, a fim de facilitar o julgamento de feitos por matéria, elaborou uma lista de processos conclusos para a sentença relacionados à temática de concurso público para o provimento de cargo efetivo na Administração Pública.

Alinhado com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a tese que deve ser adotada por João no julgamento de ação sobre a matéria.

(A) A não homologação, pela comissão de heteroidentificação, da autodeclaração do candidato às vagas destinadas a afrodescendentes implica sua eliminação do certame em relação às vagas reservadas e às de ampla concorrência, por violação frontal dos princípios da moralidade e boa-fé objetiva.

(B) É constitucional a lei estadual que concede, em favor de candidatos naturais residentes em seu âmbito territorial, bônus de 10% (dez por cento) na nota obtida nos concursos públicos da área de segurança pública, em razão dos princípios da eficiência e do fortalecimento da identidade regional, este último corolário do regime federativo.

(C) É inconstitucional a vedação à posse em cargo público de candidato aprovado que, embora tenha sido acometido por doença grave, não apresente sintoma incapacitante nem possua restrição relevante que impeça o exercício da função pretendida.

(D) A suspensão dos direitos políticos em razão da condenação criminal, conforme previsto na Constituição da República, impede, em qualquer caso, a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, em razão dos princípios da legalidade e da moralidade.

(E) É legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou ação penal, ainda que não haja previsão constitucional adequada e instituída por lei, em razão dos princípios da moralidade e da vedação da proteção deficiente.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra C

Comentário técnico:

A alternativa C está de acordo com o entendimento do STF no tema 1015 de Repercussão Geral:

É inconstitucional a exclusão de candidato aprovado em concurso público com base em doença grave, quando não há incapacidade laborativa que impeça o exercício do cargo.

O princípio da igualdade e a vedação à discriminação injustificada impedem esse tipo de exclusão.

Tema dominante: Concurso público – acesso de pessoas com deficiência ou doenças crônicas

Fonte dominante: Jurisprudência.

### Questão 24

O Prefeito do Município Alfa declarou a utilidade pública, por meio de decreto, de uma extensa área localizada na municipalidade, visando à construção de um estádio. Irresignado com a situação posta e com o objetivo de valorizar seu imóvel, João da Silva realizou diversas benfeitorias úteis na localidade, sem comunicar os fatos ao Poder Público.

Sem qualquer possibilidade de efetivação da desapropriação por meio de acordo, o particular tem a pretensão de discutir, em juízo, o valor justo indenizatório e o caso de utilidade pública alegado pelo Município Alfa.

Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto-Lei nº 3.365/1941, é correto afirmar que ao Poder Judiciário é

- (A) admitido, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública. Ademais, João da Silva tem direito à justa e prévia indenização em dinheiro, englobando o valor das benfeitorias úteis realizadas.
- (B) admitido, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública. Ademais, muito embora João da Silva tenha direito à justa e prévia indenização em dinheiro, esta não englobará o valor das benfeitorias úteis realizadas.
- (C) vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública. Ademais, João da Silva tem direito à justa indenização em títulos da dívida pública, englobando o valor das benfeitorias úteis realizadas.
- (D) vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública. Ademais, João da Silva tem direito à justa e prévia indenização em dinheiro, englobando o valor das benfeitorias úteis realizadas.
- (E) vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública. Ademais, muito embora João da Silva tenha direito à justa e prévia indenização em dinheiro, esta não englobará o valor das benfeitorias úteis realizadas.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra E

Comentário técnico:

- O Poder Judiciário não pode revisar o juízo de utilidade pública, conforme art. 5º, caput, do Decreto-Lei nº 3.365/1941 – trata-se de ato discricionário do Poder Executivo.
- Quanto às benfeitorias úteis realizadas sem autorização do Poder Público, o §1º do art. 27 do mesmo decreto estabelece que não são indenizáveis.

Assim, a alternativa E é a única que respeita ambas as premissas legais.

Tema dominante: Desapropriação – controle judicial e indenização

Fonte dominante: Decreto-Lei nº 3.365/1941

## Questão 25

Após ser aprovado em árduo concurso público e encerrado o curso de formação do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Caio foi designado para atuar, na qualidade de Juiz Substituto, na Comarca do Município de Eunápolis. Para chegar à municipalidade, Caio percorreu centenas de quilômetros em determinada estrada gerida pela Administração Pública Federal. Registre-se, por fim, que, ao lado da repartição pública onde o referido agente público exercerá as suas funções, há um terreno vazio pertencente ao Estado da Bahia.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

(A) O edifício onde está localizada a sede da Comarca do Município de Eunápolis é um bem público de uso especial. A estrada utilizada por Caio para chegar à municipalidade é um bem público de uso comum do povo. Por fim, o terreno vazio ao lado da repartição pública é um bem público dominical.

(B) A estrada utilizada por Caio para chegar à municipalidade e o terreno vazio ao lado da repartição pública são bens públicos de uso comum do povo. Por fim, o edifício onde está localizada a sede da Comarca do Município de Eunápolis é um bem público de uso especial.

(C) O edifício onde está localizada a sede da Comarca do Município de Eunápolis e a estrada utilizada por Caio para chegar à municipalidade são bens públicos de uso comum do povo. Por fim, o terreno vazio ao lado da repartição pública é um bem público dominical.

(D) O edifício onde está localizada a sede da Comarca do Município de Eunápolis e a estrada utilizada por Caio para chegar à municipalidade são bens públicos de uso especial. Por fim, o terreno vazio ao lado da repartição pública é um bem público dominical.

(E) A estrada usada por Caio para chegar à municipalidade, o terreno vazio ao lado da repartição pública e o edifício onde está localizada a sede da Comarca do Município de Eunápolis são bens públicos de uso comum do povo.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra A

Comentário técnico:

O edifício da sede do fórum é um bem de uso especial, pois está vinculado à prestação de serviço público específico (judiciário).

- A estrada gerida pela União é um bem de uso comum do povo, destinada à livre circulação.
- O terreno vazio pertencente ao Estado, sem destinação específica, é um bem dominical, podendo ser alienado ou usado segundo conveniência administrativa (CC, art. 99 e 100).

Tema dominante: Classificação dos bens públicos

Fonte dominante: Código Civil, arts. 99 e 100

### Questão 26

Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, o controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.709/2018, avalie as afirmativas a seguir.

I. O Juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.

II. O operador responde subsidiariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador.

III. Aquele que reparar o dano ao titular tem direito de regresso contra os demais responsáveis, na medida de sua participação no evento danoso.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

### COMENTÁRIOS

**Gabarito oficial: Letra D (I e III corretas)**

Comentário técnico:

A alternativa D está em conformidade com os dispositivos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD):

Item I – Correto: O art. 42, §2º da LGPD prevê que o juiz pode inverter o ônus da prova em favor do titular dos dados, quando houver verossimilhança na alegação, hipossuficiência ou dificuldade excessiva de produção de prova.

Item II – Incorreto: O erro está no termo “responde subsidiariamente”. O art. 42, §1º da LGPD prevê responsabilidade solidária, e não subsidiária, quando o operador descumpra a legislação ou as instruções lícitas do controlador.

Item III – Correto: O art. 42, §4º estabelece que aquele que reparar o dano tem direito de regresso contra os demais responsáveis, na medida de sua participação.

Portanto, apenas os itens I e III estão corretos.

Tema dominante: Responsabilidade civil na proteção de dados

Fonte dominante: Lei nº 13.709/2018 (LGPD), art. 42, §§1º, 2º e 4º

## Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

### Questão 27

É possível que a aplicação da lei no tempo continue a ser um dos temas mais controvertidos do Direito hodierno. Não raro, a aplicação das novas leis às relações já estabelecidas suscita infundáveis polêmicas. De um lado, a ideia central de segurança jurídica, uma das expressões máximas do Estado de Direito; de outro, a possibilidade e a necessidade de mudança. Constitui grande desafio tentar conciliar essas duas pretensões, em aparente antagonismo.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 19ª ed., São Paulo: SaraivaJur, 2024, (Série IDP), p. 353.)

Acerca do Direito Intertemporal brasileiro, assinale a afirmativa correta.

(A) No que toca ao instituto da revogação, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece nítida preferência pela revogação tácita das normas jurídicas em detrimento da expressa.

- (B) Em matéria de Direito Intertemporal, a irretroatividade é a regra geral do Direito brasileiro, forte nos princípios da segurança jurídica e de que o tempo rege o ato, o que, contudo, não impede, mesmo havendo outros valores jurídicos considerados relevantes, que a retroatividade possa ser excepcionalmente admitida.
- (C) O Direito brasileiro somente admite a repriminção tácita de modo excepcional, nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).
- (D) A cessação de validade da norma por mero desuso possui amplo respaldo na ordem jurídica brasileira, tendo em vista a forte influência da matriz romano-germânica, que concebe o sistema jurídico como o resultado vivo e concreto dos fatos sociais.
- (E) A caducidade de uma norma jurídica é caracterizada pela perda da sua validade temporal em virtude da gradativa perda de efetividade, resultando no denominado “costume negativo”.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra B

Comentário técnico:

A alternativa B reflete corretamente a doutrina e a jurisprudência majoritárias em matéria de Direito Intertemporal:

A irretroatividade é regra no Direito brasileiro, em respeito à segurança jurídica e ao princípio de que “o tempo rege o ato” (tempus regit actum). No entanto, admite-se a retroatividade excepcional, quando outros valores jurídicos relevantes assim o justificarem — como nos casos de leis mais benéficas em Direito Penal ou em mudanças interpretativas.

Tema dominante: Direito Intertemporal – irretroatividade e segurança jurídica

Fonte dominante: LINDB e doutrina constitucional

### Questão 28

A construção para enfrentar e prevenir o assédio moral e sexual e a discriminação dentro do Judiciário partiu do reconhecimento de que este deve não apenas atuar no resgate dos ideais de justiça em toda a sociedade, mas também dentro de sua própria estrutura interna. A inserção dessas temáticas na agenda das políticas

judiciárias representa, portanto, um avanço que objetiva assegurar a saúde de todos os trabalhadores e trabalhadoras do Poder Judiciário. Assim, o CNJ editou a Resolução nº 351/2020, que institui, no Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

A sua instituição está alinhada com o Pacto pela Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030 no Poder Judiciário e Ministério Público, segundo o qual cabe ao Poder Judiciário implementar mecanismos que concretizem a prevenção de conflitos, o combate às desigualdades, a proteção das liberdades fundamentais, o respeito ao direito de todos e a paz social. Na mesma linha, o Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021 a 2026, instituído pela Portaria nº 104/2020, afirmou como valor da estratégia do CNJ a proteção dos direitos fundamentais, garantindo que a atuação do Conselho Nacional de Justiça se harmonize com a proteção desses direitos.

A criação do Observatório dos Direitos Humanos no Poder Judiciário demonstrou o compromisso do CNJ com sua competência constitucional de aprimorar a gestão judiciária brasileira. Com isso, buscou-se alinhar o sistema judiciário com os preceitos constitucionais e fundamentais que embasam o Estado Democrático de Direito, inserindo-o em um ambiente de trabalho salutar. Ao instituir a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 351/2020, mostrou a importância de serem estabelecidas diretrizes nacionais sobre a gestão de pessoas do Poder Judiciário.

Sobre o tema lançado na referida resolução, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Resolução é aplicável a todas as condutas de assédio e discriminação no âmbito das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas por qualquer meio, exceto aquelas contra estagiários(as), aprendizes, voluntários(as) e terceirizados(as).
- (B) Os profissionais das áreas de gestão de pessoas e de saúde poderão prescrever ações imediatas com o objetivo de preservar a saúde e a integridade física e moral das pessoas afetadas por assédio ou discriminação, sugerindo à Presidência do Tribunal ou à autoridade competente a realocação dos servidores envolvidos, com a anuência desses, em outra unidade.
- (C) A conduta que possa configurar assédio ou discriminação somente poderá ser noticiada pela pessoa que se perceba alvo de assédio ou discriminação no trabalho, ou seja, não pode ser denunciada por terceiros que dela tomem conhecimento.
- (D) A celebração de termos de cooperação técnico-científica para o estudo, a prevenção e o enfrentamento do assédio moral, sexual e da discriminação não

está prevista como atribuição da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

(E) As Comissões criadas por força da Resolução nº 351/2020 do CNJ substituem as Comissões de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar porque o acolhimento da notícia se confunde e se comunica com os procedimentos formais de natureza disciplinar.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra B

Comentário técnico:

A alternativa B está em conformidade com o art. 6º, §2º da Resolução CNJ nº 351/2020, que permite que os profissionais da saúde e de gestão de pessoas prescrevam ações imediatas para preservar a integridade da vítima, inclusive sugerindo realocação funcional com anuência das partes.

As demais alternativas apresentam erros objetivos:

A: A resolução se aplica também a estagiários, aprendizes, voluntários e terceirizados.

C: A denúncia pode ser feita por terceiros

D: A celebração de termos de cooperação técnico-científica é expressamente prevista como uma das atribuições da Comissão.

E: As Comissões não substituem os procedimentos disciplinares, pois o acolhimento da notícia não se confunde com sindicâncias ou PADs.

Tema dominante: Assédio moral, assédio sexual e discriminação no Poder Judiciário

Fonte dominante: Resolução CNJ nº 351/2020

### Questão 29

Por este motivo, nem tudo está submetido à legislação, porque é impossível legislar em algumas situações, a ponto de ser necessário recorrer a decretos. A

regra do que é indefinido é também ela própria indefinida, tal como acontece com a régua de chumbo utilizada pelos construtores de Lesbos. Do mesmo modo que essa régua se altera consoante a forma da pedra e não permanece sempre a mesma, assim também o decreto terá de se adequar às mais diversas circunstâncias.

ARISTÓTELES, *Ética a Nicômano*. São Paulo: Forense, 2ª ed. 2024. p. 114.

A metáfora aristotélica da régua de Lesbos alude ao seguinte critério de julgamento, expressamente positivado no nosso ordenamento (em juizado especial e arbitragem, por exemplo):

- (A) Julgamento por equidade.
- (B) Interpretação teleológica.
- (C) Interpretação extensiva.
- (D) Interpretação evolutiva.
- (E) Julgamento por precedentes.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra A

Comentário técnico:

A metáfora da “régua de chumbo de Lesbos” está na obra de Aristóteles e simboliza a flexibilidade da equidade diante das particularidades dos casos concretos. Essa concepção está positivada em nosso ordenamento nos arts. 6º da Lei 9.099/95 (Juizados Especiais) e art. 2º, §3º da Lei 9.307/96 (Arbitragem), que permitem decisões por equidade.

Tema dominante: Filosofia do Direito – julgamento por equidade

Fonte dominante: Doutrina clássica (Aristóteles) e legislação infraconstitucional

### Questão 30

A persistência da desigualdade racial no Brasil está enraizada em um legado histórico de escravidão, marginalização e teorias pseudocientíficas de hierarquização racial. Essa desigualdade manifesta-se em indicadores sociais, econômicos e de violência, revelando um racismo estrutural que perpassa as instituições públicas e privadas.

Com base nessas informações e nos fundamentos da Sociologia Política e da Teoria Crítica, assinale a afirmativa correta.

- (A) O racismo estrutural é um conceito que descreve apenas atos intencionais de preconceito racial, sendo desnecessário considerar a estrutura histórica e institucional do Estado para compreendê-lo ou enfrentá-lo.
- (B) O Protocolo com Perspectiva de Raça, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça, tem como objetivo principal orientar a Magistratura a reconhecer e considerar os marcadores raciais em suas decisões, promovendo a equidade racial no acesso à justiça e o enfrentamento do racismo institucional.
- (C) A escravidão no Brasil, ao ser abolida formalmente em 1888, não deixou legados significativos para a estrutura de desigualdade racial atual, uma vez que todos os cidadãos passaram a ter igualdade de oportunidades desde então.
- (D) As políticas de ação afirmativa adotadas no Brasil, como cotas raciais em universidades e concursos públicos, vêm sendo progressivamente declaradas inconstitucionais pelo STF por violarem o princípio da isonomia formal previsto na Constituição Federal.
- (E) As teses de eugenia e hierarquia racial que circularam no Brasil nos séculos XIX e XX foram adotadas exclusivamente por grupos marginais e nunca influenciaram as políticas públicas ou o pensamento intelectual dominante da época.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra B

Comentário técnico:

A alternativa B está em conformidade com o conteúdo e objetivos do Protocolo com Perspectiva de Raça (CNJ), que busca orientar a magistratura quanto ao reconhecimento de marcadores raciais e enfrentamento do racismo institucional, promovendo equidade no acesso à justiça.

As demais opções negam elementos históricos ou jurídicos consagrados:

A: Reduz o racismo estrutural à ideia de atos intencionais, o que é incorreto.

C: A abolição formal da escravidão não significou igualdade material de oportunidades.

D: O STF reconhece a constitucionalidade das ações afirmativas, como decidido no julgamento da ADPF 186.

E: Teses de eugenia e hierarquias raciais influenciaram, sim, políticas públicas e o pensamento dominante no Brasil nos séculos XIX e XX.

Tema dominante: Racismo estrutural e Poder Judiciário

Fonte dominante: Protocolo CNJ com Perspectiva de Raça; Teoria Crítica e Sociologia Política

### Questão 31

Andressa, mulher trans, foi presa em flagrante porque transportava, para fins de tráfico, 500 (quinhentos) gramas de cocaína. Após a lavratura do auto de prisão em flagrante, foi realizada a audiência de custódia com a presença de Andressa, seu advogado constituído e o membro do Ministério Público.

Por ocasião da audiência de custódia, o membro do Ministério Público pediu a decretação da prisão preventiva de Andressa. O Magistrado que presidia a audiência de custódia acatou o pedido do Ministério Público, decretando a prisão preventiva de Andressa, por entender que estavam presentes seus requisitos.

Considerando os fatos narrados e as disposições da Resolução nº 348/2020 do Conselho Nacional de Justiça, assinale a afirmativa correta.

(A) O Magistrado não precisará fazer constar expressamente de sua decisão a preferência de local de detenção declarada por Andressa.

(B) O Magistrado deverá definir o local de privação de liberdade em decisão fundamentada, após questionamento da preferência de Andressa, nos termos previstos na Resolução.

(C) O Magistrado, em caso de autodeclaração de Andressa como parte da população LGBTQIA+, não poderá fazer constar essa informação nos sistemas informatizados do Poder Judiciário.

(D) O Magistrado pode, caso Andressa demonstre estar constrangida, reconhecê-la como parte da população LGBTQIA+ mediante outros meios menos invasivos, diversos da autodeclaração.

(E) O Magistrado pode definir o local de privação da liberdade sem questionar Andressa sobre sua preferência, uma vez que a Resolução mencionada apenas exige o questionamento prévio para crimes menos graves, diversos do crime de tráfico.

### COMENTÁRIOS

**Gabarito oficial: Letra D (questão passível de recurso)**

[www.promagisconcursos.com.br](http://www.promagisconcursos.com.br)

✉ [promagis@promagisconcursos.com.br](mailto:promagis@promagisconcursos.com.br)

📷 @promagisconcursos

Comentário técnico:

A alternativa D sugere que, em caso de constrangimento da pessoa custodiada, o magistrado poderia reconhecê-la como parte da população LGBTQIA+ com base em “outros meios menos invasivos”, diversos da autodeclaração.

Entretanto, a Resolução CNJ nº 348/2020 estabelece, em seu art. 4º a identificação será feita exclusivamente por meio de autodeclaração, não admitindo outros meios.

Não há qualquer previsão normativa que permita ao juiz “reconhecer” por conta própria a identidade de gênero da pessoa presa sem autodeclaração voluntária. Ainda que o magistrado deva resguardar a integridade e dignidade da pessoa custodiada, a Resolução não autoriza, nem por exceção, a substituição da autodeclaração por juízo próprio do juiz.

Tema dominante: Garantia de identidade de gênero na audiência de custódia

Fonte dominante: Resolução CNJ nº 348/2020, art. 4º.

### Questão 32

Sobre a responsabilização administrativa, civil e funcional de Magistrados, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) No que tange à responsabilização de Magistrados, a atuação correicional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é complementar à atuação das Corregedorias locais, porque o CNJ apenas deverá atuar após serem esgotadas as possibilidades de responsabilização do Magistrado na Corregedoria local, sendo a atuação do CNJ subsidiária.

( ) Considerando que a Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) dispõe que “a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade”, a referida lei não se aplica, em nenhuma hipótese, aos membros do Poder Judiciário, uma vez que a atividade principal dos Magistrados consiste em interpretar a lei e avaliar fatos e provas.

( ) O ato de remoção ou de disponibilidade do Magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo Tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a ampla defesa.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – F – V.

- (B) V - V - F.
- (C) F - F - F.
- (D) F - V - V.
- (E) V - F - F.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: A (F - F - V)

Comentário técnico:

✘ 1ª afirmativa - Falsa: A atuação do CNJ não é subsidiária nem depende do esgotamento das corregedorias locais. O art. 103-B da CF/88 confere ao Conselho competência autônoma e originária para exercer controle disciplinar, inclusive de ofício.

✘ 2ª afirmativa - Falsa: A Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/2019) se aplica sim aos magistrados (art. 1º, §1º), e não há exclusão geral da incidência sobre o Poder Judiciário. A simples divergência interpretativa não configura abuso, mas não afasta a aplicação da norma em outras hipóteses.

☑ 3ª afirmativa - Verdadeira: O ato de remoção ou disponibilidade por interesse público exige decisão por maioria absoluta do Tribunal ou do CNJ, assegurada a ampla defesa, nos termos do art. 93, VIII, da Constituição Federal.

Tema dominante: Responsabilização disciplinar de magistrados

Fonte dominante: Constituição Federal (art. 93, VIII, e art. 103-B); Lei nº 13.869/2019

## Direitos Humanos

### Questão 33

Assinale a opção que indica pilares essenciais do Sistema Interamericano de Proteção.

(A) A centralidade das vítimas, o corpus juris interamericano e o instituto da reparação exclusivamente econômica.

- (B) O consenso estatal, o corpus juris interamericano e o instituto da reparação exclusivamente relativo às medidas estruturais, com base nas garantias de não repetição.
- (C) O consenso estatal, o corpus juris interamericano e o instituto da reparação econômica exclusivamente.
- (D) A centralidade das vítimas, o corpus juris interamericano e o instituto da reparação integral, compreendendo medidas estruturais, com base nas garantias de não repetição.
- (E) O consenso estatal, o corpus juris interamericano e o instituto da reparação exclusivamente relativo às medidas de restituição e reabilitação.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: D

Comentário técnico:

A alternativa D expressa corretamente os pilares essenciais do Sistema Interamericano de Direitos Humanos:

- Centralidade das vítimas: as decisões da Corte Interamericana colocam as vítimas como protagonistas do processo de justiça internacional.
- Corpus juris interamericano: conjunto normativo formado por tratados, jurisprudência da Corte IDH, relatórios da Comissão, resoluções e princípios aplicáveis à região.
- Reparação integral: engloba medidas econômicas, simbólicas, restitutivas e estruturais, com foco na garantia de não repetição (como reformas institucionais, treinamentos, mudanças legislativas).

Essa lógica é consagrada em julgados emblemáticos da Corte Interamericana, como Velásquez Rodríguez vs. Honduras e Gomes Lund vs. Brasil.

Tema dominante: Sistema Interamericano – princípios estruturantes

Fonte dominante: Jurisprudência da Corte IDH e doutrina especializada

### Questão 34

As sociedades empresárias devem observar, na condução de suas atividades, determinados padrões de conduta, tanto no seu aspecto interno – relação com seus trabalhadores por exemplo – quanto externo – nas relações com a comunidade, notadamente quanto às normas ambientais.

A agenda “Direitos Humanos e Sociedades Empresárias” passa a existir a partir do avanço na compreensão sobre as relações entre atividades empresariais e a proteção ou violação aos Direitos Humanos advindos dessas atividades.

Considerando a pauta Direitos Humanos e Sociedades Empresárias, avalie as afirmativas a seguir.

I. O caminho internacional percorrido para que fosse determinado o respeito aos Direitos Humanos também pelas sociedades empresárias foi longo. O Pacto Global das Nações Unidas foi criticado, porque não deixava claro qual era a carga de deveres da sociedade empresária transnacional, prevendo apenas a responsabilidade do Estado pelas violações praticadas pelas sociedades empresárias.

II. Os princípios orientadores sobre sociedades empresárias e Direitos Humanos (Princípios de Ruggie) reforçam em seus aspectos gerais os três parâmetros “proteger, respeitar e reparar,” que são utilizados tanto para sistematizar os principais pontos da temática quanto para reconhecer que cabe a ambos (Estado e sociedades empresárias) o dever de reparar os danos causados pelas violações de Direitos Humanos.

III. Ainda não há um Tratado Internacional de Direitos Humanos (hard law) que discipline a responsabilidade dos Estados e das sociedades empresárias por violação aos Direitos Humanos, o que fragiliza o voluntarismo desses entes em observar as diretrizes das Nações Unidas. Mesmo no plano do Direito Interno brasileiro, o Decreto nº 9.571/2018 estabelece que as diretrizes serão implementadas voluntariamente pelas sociedades empresárias.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## COMENTÁRIOS

**Gabarito oficial: E (Todas corretas)**

Comentário técnico:

Item I: O Pacto Global da ONU, lançado em 2000, foi criticado por seu caráter estritamente voluntário, e por não esclarecer a responsabilidade das empresas transnacionais frente às violações de direitos humanos — transferindo o foco para os Estados.

Item II: Os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos (Princípios de Ruggie) estruturam-se nos três eixos:

Proteger: dever do Estado;

Respeitar: responsabilidade empresarial;

Reparar: obrigação de ambos.

Item III: Até o momento, não há tratado internacional com força vinculante (hard law) que responsabilize diretamente empresas. O Brasil aderiu aos Princípios por meio do Decreto nº 9.571/2018, que reconhece a natureza voluntária dessas diretrizes no âmbito nacional.

Tema dominante: Responsabilidade empresarial e direitos humanos

Fonte dominante: Princípios de Ruggie; Decreto nº 9.571/2018

### Questão 35

Conforme dados do Censo de 2022, dos 5.570 municípios brasileiros, 4.833 possuíam população indígena e mais da metade dessa população vivia nas cidades.

Acerca dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas e das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça sobre direitos e garantias dos povos originários, avalie as afirmativas a seguir.

I. O Conselho Nacional de Justiça estabelece, por Resolução, que a identificação da pessoa como indígena, bem como as informações acerca de sua etnia e da língua por ela falada, deve constar no registro de todos os atos processuais.

II. A autoridade judicial poderá adotar ou homologar práticas de resolução de conflitos e de responsabilização em conformidade com costumes e normas da própria comunidade indígena.

III. Com exceção da imposição de medida cautelar alternativa à prisão, a autoridade judicial deverá adaptá-la às condições e aos prazos que sejam compatíveis com os costumes, o local de residência e as tradições da pessoa indígena, observando o Protocolo I da Resolução CNJ nº 213/2015.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: B

Retificando:

A alternativa B indica que estão corretas apenas as afirmativas I e II.

Correção do comentário:

Item I – Correto: Conforme a Resolução CNJ nº 287/2019, a identificação da pessoa como indígena e sua etnia deve constar expressamente nos registros processuais (art. 4º).

Item II – Correto: O mesmo normativo permite a adoção de formas próprias de responsabilização, desde que em conformidade com os direitos fundamentais (art. 6º).

Item III – Incorreto: A adaptação obrigatória de medidas cautelares não está restrita àquelas alternativas à prisão, mas também abrange outras medidas. A redação da assertiva gera erro ao dizer "com exceção da imposição de medida cautelar", o que contraria o sentido da norma.

Tema dominante: Direitos indígenas no processo penal

Fonte dominante: Resolução CNJ nº 287/2019

### Questão 36

De acordo com dados publicados pela Agência Brasil, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) divulgou, em janeiro de 2025, que foram registradas em todo o país, no ano de 2024, 2.472 denúncias de casos de intolerância religiosa pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100), coordenado pela pasta.

O número representa uma alta de 66,8% em relação às denúncias desse tipo feitas em 2023 (1.481). São quase mil denúncias a mais em 2024, anunciou o MDHC. Se considerados os dados registrados entre 2021 e 2024, o crescimento das denúncias de violações foi de 323,29%.

(Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-01/intolerancia-religiosa-disque-100-registra-24-mil-casos-em-2024>).

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Art. 19 da CRFB/88 qualifica o Estado Brasileiro como Estado Laico e não há na Constituição Federal qualquer artigo que faça menção à fé e às religiões.
- (B) O ensino religioso em escolas públicas não pode ter caráter confessional.
- (C) O ensino religioso em escolas públicas pode ter caráter confessional elegendo-se a religião católica como a oficial.
- (D) Na rede pública, deve ser oferecido o ensino confessional de diversas crenças, mediante requisitos formais de credenciamento, previamente fixados pelo MEC.
- (E) Segundo a jurisprudência do STF, a Lei de Proteção Animal que, em nome da liberdade de religião prevê o sacrifício ritual de animais em cultos de religião de matriz africana, é inconstitucional.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra D

Comentário técnico:

Segundo a jurisprudência do STF (ADI 4439), é constitucional o ensino religioso confessional nas escolas públicas, desde que de matrícula facultativa, em consonância com a liberdade de crença e o princípio da laicidade. A alternativa D reconhece corretamente essa possibilidade, ao prever que a rede pública pode oferecer ensino confessional de diversas crenças, desde que com requisitos formais.

Tema dominante: Liberdade religiosa e ensino confessional

Fonte dominante: Jurisprudência do STF (ADI 4439)

### Questão 37

A literatura brasileira tem obras densas e impactantes sobre a temática racial. Livros escritos por homens negros e mulheres negras, como Machado de Assis, Lima Barreto, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Jefferson Tenório e tantos outros, trazem relatos importantes sobre a constituição e estruturação da sociedade brasileira, as hierarquias estabelecidas após a abolição da escravatura e os impactos nefastos do racismo que foi sendo estruturado com o passar do tempo, trazendo efeitos não só para o sujeito individualmente concebido, mas também para todo o corpo social.

No que se refere ao direito à igualdade no ordenamento jurídico brasileiro, em seu viés formal e material, avalie as afirmativas a seguir.

I. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) prevê de forma expressa que as ações afirmativas não devem se perpetuar uma vez alcançados os seus objetivos.

II. Por ser processo estrutural, o racismo é também um processo histórico e político. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social.

III. O caso Simone André Diniz representa a primeira vez que um país-membro da OEA é responsabilizado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) por racismo institucional e serviu de paradigma do denominado “racismo institucional”.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

### COMENTÁRIOS

**Gabarito oficial: Letra D**

Comentário técnico:

A alternativa D está correta ao apontar a natureza estrutural, histórica e política do racismo (item II) e ao reconhecer a relevância do caso Simone André Diniz, no qual a CIDH responsabilizou o Brasil por racismo institucional (item III). O item I está incorreto: embora o Estatuto da Igualdade Racial preveja ações afirmativas, ele não estabelece limitação temporal objetiva à sua aplicação.

Tema dominante: Racismo estrutural e ações afirmativas

Fonte dominante: Doutrina e jurisprudência interamericana

### Questão 38

O controle de convencionalidade é um relevante mecanismo de compatibilização das normas nacionais com os tratados internacionais de Direitos Humanos. A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) já se pronunciou algumas vezes sobre tal mecanismo, esmiuçando seus contornos.

Considerando essa temática, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os Juízes brasileiros podem realizar o controle de convencionalidade de matriz internacional (e não de matriz nacional), uma vez que podem verificar a compatibilidade de normas nacionais com qualquer tratado internacional de Direitos Humanos.
- (B) Segundo a Corte IDH, ao realizar o controle de convencionalidade, os Juízes devem levar em conta apenas a Convenção Americana de Direitos Humanos e demais tratados do sistema interamericano, sendo prescindível verificar a interpretação que a Corte Interamericana realiza de tais tratados internacionais.
- (C) De acordo com a Corte IDH, os Juízes não podem realizar de ofício o controle de convencionalidade, mas apenas quando provocados por uma das partes.
- (D) Segundo a Corte IDH, não apenas o Poder Judiciário deve realizar o controle de convencionalidade. Assim, outras autoridades, como membros do Ministério Público, devem, dentro de sua esfera de atribuições delimitada pela lei, exercer o controle de convencionalidade das normas nacionais.
- (E) Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979) era incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos, declarando sua inconvencionalidade.

### COMENTÁRIOS

**Gabarito oficial: Letra D**

Comentário técnico:

A alternativa D reflete corretamente o entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Trabajadores Cesados del Congreso vs. Peru* e outros precedentes: o controle de convencionalidade deve ser exercido não só pelo Judiciário, mas também por outras autoridades estatais (como o MP), dentro de suas atribuições.

Tema dominante: Controle de convencionalidade

Fonte dominante: Jurisprudência da Corte IDH

## Direito Processual Civil

### Questão 39

Com relação às regras de conexão e de continência e as disposições acerca da modificação de competência, tendo como base a jurisprudência sobre o tema, avalie os itens a seguir.

- I. O Juízo que julgou ação de divórcio possui competência para julgar ação de partilha, sendo certo que há conexão substancial entre ambas as demandas.
- II. Por se tratar de competência relativa, não poderá o Juízo declinar de competência de ofício mesmo quando se tratar de ajuizamento de ação em Juízo aleatório, entendido como aquele sem vinculação com o domicílio ou a residência das partes ou com o negócio jurídico discutido na demanda.
- III. Os processos de ações conexas serão reunidos para a decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## COMENTÁRIOS

Gabarito oficial: Letra C

Comentário técnico:

O item I está correto: há conexão entre ação de divórcio e partilha.

O item II está incorreto: a jurisprudência admite o reconhecimento de juízo aleatório e autoriza o juízo a declinar de ofício em caso de incompetência manifesta, mesmo sendo relativa.

O item III está correto: exceção à regra de reunião de ações conexas se um dos processos já tiver sentença.

Tema dominante: Competência e conexão

Fonte dominante: Jurisprudência do STJ

### Questão 40

Com relação às diversas modalidades de intervenção de terceiros, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) O CPC manteve a natureza jurídica da oposição estabelecida no Código Processual revogado, a saber, a modalidade de intervenção de terceiros.

( ) A assistência simples não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.

( ) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consolidou-se no sentido de que amicus curiae não possui legitimidade para opor embargos de declaração em sede de controle abstrato de constitucionalidade.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – F – V.

(B) V – F – F.

(C) V – V – F.

(D) V – F – V.

(E) F – V – V.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: Letra E

Comentário técnico:

A oposição continua sendo modalidade de intervenção de terceiros (V).

A assistência simples não impede que a parte principal desista ou transija (V).

O STF já reconheceu que o amicus curiae não tem legitimidade para opor embargos de declaração no controle abstrato (V).

Tema dominante: Intervenção de terceiros

Fonte dominante: CPC e jurisprudência do STF

### Questão 41

Por se tratar de matéria que sofreu significativa mudança com o advento do Código de Processo Civil de 2015, os prazos constituem o intervalo de tempo dentro do qual deve ocorrer a prática do ato processual.

A respeito de tema tão sensível para a prática forense, avalie os itens a seguir.

I. Diante da regra expressa do Art. 219, caput, que prevê a contagem do prazo em dias, computando-se apenas os dias úteis, a indisponibilidade do sistema eletrônico provoca natural prorrogação do lapso, toda vez em que constatada a falha.

II. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.

III. Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo Juiz, será de cinco dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

### COMENTÁRIOS

**Gabarito oficial: C (III, apenas)**

Comentário técnico:

✘ Item I – Incorreto: Não é toda indisponibilidade do sistema eletrônico que provoca automaticamente a prorrogação de prazo. De acordo com o art. 224, §1º

do CPC e jurisprudência do STJ, o prazo só será prorrogado se a indisponibilidade de sistema coincidir com o dia de início ou término do prazo. Neste sentido AgInt no AREsp 2645058 / MG.

✘ Item II – Incorreto: Nos termos do art. 224, caput do CPC, os prazos são contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ao contrário do que afirma a assertiva.

☑ Item III – Correto: Conforme o art. 218, §4º do CPC, quando não houver preceito legal ou prazo fixado pelo juiz, o prazo para a prática do ato processual a cargo da parte será de 5 dias.

Tema dominante: Contagem e prorrogação de prazos processuais

Fonte dominante: CPC/2015, arts. 218, 219, 224

## Questão 42

O servidor público municipal Caio impetrou mandado de segurança para impugnar a validade de ato administrativo que lhe impusera uma pena disciplinar, tendo ele alegado, como única causa de pedir, a violação do seu direito à ampla defesa no processo administrativo instaurado em seu desfavor.

Percorrido todo o caminho procedimental, o Juiz da causa proferiu sentença em que denegava a segurança vindicada, sob o fundamento de que o apontado vício de ilegalidade não havia maculado o ato punitivo, tampouco tendo sido violado o direito alegado pelo impetrante. Interposto recurso de apelação, o Magistrado de instância superior confirmou na íntegra a sentença de piso, havendo ratificado, inclusive, os fundamentos nela invocados.

Dois meses depois do advento do trânsito em julgado da sentença que lhe denegara a segurança, Caio intentou ação pelo procedimento comum, na qual pleiteou a invalidação da mesma pena disciplinar, arrimando-se na mesma causa de pedir da ação mandamental.

Tendo procedido ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, o Juiz da nova causa, sem designar audiência de conciliação, ordenou a citação do ente político municipal para contestar a demanda, por meio de mandado que deveria ser cumprido por Oficial de Justiça. Vinte e cinco dias depois da juntada aos autos do mandado citatório, a Fazenda Pública municipal apresentou, por sua Procuradoria, contestação, na qual deduziu argumentos de cunho exclusivamente meritório.

Três dias depois da protocolização de sua contestação, o ente político municipal ofertou nova peça, em que suscitava, exclusivamente, a coisa julgada formada nos autos do mandado de segurança e requeria, de tal sorte, a extinção do processo sem resolução de seu mérito.

Sobre o contexto apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deverá ser decretada a revelia do Município, cabendo ao Juiz, diante da inocorrência de seus efeitos, determinar a intimação do autor para especificar as provas que pretenda produzir, se ainda não as tiver indicado.
- (B) Deverá ser decretada a revelia do Município, cabendo ao Juiz julgar antecipadamente o mérito, no sentido do acolhimento do pedido do autor.
- (C) A arguição de coisa julgada, formulada pelo Município em peça processual autônoma, não poderá ser conhecida pelo Juiz, haja vista o fenômeno da preclusão consumativa.
- (D) A arguição de coisa julgada, formulada pelo Município em peça processual autônoma, deverá ser conhecida pelo Juiz, porém rejeitada.
- (E) A arguição de coisa julgada, formulada pelo Município em peça processual autônoma, deverá ser conhecida e acolhida pelo Juiz.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: E

Comentário técnico:

A alternativa E está correta ao afirmar que a arguição de coisa julgada deve ser conhecida e acolhida.

Conforme o art. 485, V do CPC, o juiz deve extinguir o processo sem resolução de mérito quando reconhecer a existência de coisa julgada.

Ainda que tenha havido juízo positivo de admissibilidade e não designada audiência de conciliação, o reconhecimento da coisa julgada é matéria de ordem pública e pode ser alegado a qualquer tempo, independentemente de preclusão, conforme doutrina e jurisprudência consolidadas.

Tema dominante: Coisa julgada e extinção do processo

Fonte dominante: CPC/2015, art. 485, V e §3º; jurisprudência do STJ

### Questão 43

A respeito dos princípios aplicáveis à execução, avalie as afirmativas a seguir.

I. Gerson dissertou sobre determinado princípio, segundo o qual somente é título executivo aquele documento previsto em lei como tal.

II. Marcos, por sua vez, aduziu que há um princípio que preconiza que a execução deverá impor o menor gravame possível ao executado.

III. Por fim, Antônio analisou o princípio segundo o qual os meios executivos aplicáveis ao processo não necessariamente precisam ser os elencados em lei.

Assinale a opção que indica os princípios comentados pelos amigos.

- (A) Taxatividade, proporcionalidade e liberdade dos meios executivos.
- (B) Tipicidade, eficiência e autonomia dos meios executivos.
- (C) Não onerosidade, proporcionalidade e atipicidade dos meios executivos.
- (D) Realidade, razoabilidade e fidelidade dos meios executivos.
- (E) Taxatividade, menor onerosidade e atipicidade dos meios executivos.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: E

Comentário técnico:

A alternativa E é correta porque associa de forma precisa os seguintes princípios:

Taxatividade (ou tipicidade) → Apenas documentos previstos em lei podem ser considerados títulos executivos (art. 784 do CPC).

Menor onerosidade → Previsto no art. 805 do CPC, estabelece que a execução deve ocorrer pelo meio menos gravoso ao executado.

Atipicidade dos meios executivos → O juiz pode determinar medidas executivas atípicas para assegurar a efetividade da execução, desde que respeitados a proporcionalidade e o contraditório (art. 139, IV do CPC).

Tema dominante: Princípios informadores da execução

Fonte dominante: CPC/2015, arts. 139, IV; 784; 805

### Questão 44

A Lei nº 7.347/1985 regulamenta a Ação Civil Pública, cuja finalidade é proteger direitos difusos ou coletivos.

Acerca das normas que regem a Ação Civil Pública e da jurisprudência sobre o tema, avalie as afirmativas a seguir.

I. Na Ação Civil Pública proposta por ato danoso praticado por pessoa jurídica de direito público, o Juiz poderá conceder liminar, quando cabível, ainda que não comprovada a presença de risco social, independentemente de manifestação prévia do representante legal do réu.

II. Na Ação Civil Pública proposta com a finalidade de cumprimento de obrigação de fazer e não fazer, haverá a possibilidade de fixação de multa diária pelo descumprimento do comando judicial, independentemente de requerimento do autor.

III. A sentença de mérito proferida em Ação Civil Pública proposta para cessar danos que afetam direito do consumidor, ajuizada por associação com legitimidade para propô-la, poderá ser objeto de execução individual por consumidor não associado em um estado da Federação diverso daquele em que se encontra o Juízo prolator, observado os limites objetivos e subjetivos do que foi decidido.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## COMENTÁRIOS

**Gabarito oficial: D (II e III, apenas)**

Comentário técnico:

✘ Item I – Incorreto: De acordo com o art. 2º da Lei 8.437/92, não se concede medida liminar contra pessoa jurídica de direito público sem prévia oitiva do representante judicial, salvo em casos de manifesta urgência. Logo, é necessária a manifestação, salvo exceção não indicada na questão.

Item II – Correto: Conforme o art. 11 da Lei nº 7.347/1985, nas ações civis públicas, cabe fixação de astreintes (multa diária) mesmo sem requerimento da parte.

Item III – Correto: A execução individual é possível, mesmo por consumidor não associado, e pode ocorrer em estado diferente daquele da ação, conforme o entendimento consolidado no Tema 1075/STJ.

Tema dominante: Ação civil pública – medidas e execução

Fonte dominante: Lei nº 7.347/1985; STJ, Tema 1075

### Questão 45

Os Juizados Especiais têm como finalidade apresentar ao jurisdicionado uma forma de solução de controvérsias mais rápida, informal e desburocratizada.

Com relação às normas e à jurisprudência que regem os Juizados Especiais Cíveis, Federais e de Fazenda Pública, avalie as afirmativas a seguir.

I. Compete às Turmas Recursais o julgamento de mandado de segurança utilizado como substitutivo recursal contra a decisão de Juiz Federal no exercício de jurisdição do Juizado Especial Federal.

II. Dos procedimentos sujeitos ao rito da Lei nº 9.099/1995 não cabe ação rescisória, razão pela qual não é possível arguir, em qualquer hipótese, a inexigibilidade de título judicial fundado em norma declarada incompatível com a Constituição da República pelo plenário do STF, após o trânsito em julgado da sentença.

III. Nas causas de competência dos Juizados Especiais de Fazenda Pública, a pessoa jurídica de direito público terá 30 (trinta) dias para recorrer.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

### COMENTÁRIOS

**Gabarito oficial: A (I, apenas)**

Comentário técnico:

Item I – Correto: De acordo com o Enunciado nº 33 do FONAJEF e o entendimento do STJ, cabe mandado de segurança substitutivo recursal para as Turmas Recursais decidirem sobre atos de juízes no exercício da jurisdição nos Juizados Especiais Federais.

Item II – Incorreto: A inexistência de ação rescisória para sentenças de juizados não impede a arguição de inexigibilidade de título fundada em decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade (cláusula de reserva de plenário).

Item III – Incorreto: Conforme a Lei nº 12.153/2009 (art. 7º), não há prazo diferenciado para a Fazenda Pública Recorrer no âmbito dos Juizados Especiais. Aplica-se, pois, o prazo do art. 42 da Lei 9.099/95.

Tema dominante: Juizados Especiais e controle de decisões

Fonte dominante: Lei nº 9.099/1995; Lei nº 12.153/2009; STJ

### Questão 46

Félix, convencido de que possuía direito líquido e certo, não amparado por outro remédio constitucional, cuja lesão decorreu de ato de agente público, impetrou mandado de segurança, cuja inicial foi indeferida de plano pelo Juiz competente. Sobre o ato de indeferimento, à luz das normas contidas nas leis que regem a matéria, assinale a afirmativa correta.

(A) Estará correto, caso tenha sido fundado na ausência de prova pré-constituída e que esteja em poder de autoridade que se recuse a fornecê-la.

(B) Estará correto, independentemente de motivação, caso se comprove que a ação foi ajuizada em face de decisão judicial de que caiba recurso com efeito suspensivo.

(C) Estará incorreto, caso a fundamentação se baseie na alegação de que a inicial contenha pedidos incompatíveis entre si.

(D) Estará incorreto, caso seja fundamentada no fato de que decorreu o prazo de 180 dias da ciência do ato impugnado.

(E) Estará correto, caso Félix seja advogado atuando em causa própria, e deixe de cumprir decisão judicial que ordenou que suprisse a omissão acerca da ausência de informação de sua inscrição na Ordem dos Advogados após o prazo legal conferido para tanto.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: E

Comentário técnico:

A alternativa E está correta. O indeferimento da inicial do mandado de segurança é cabível quando o impetrante, advogado atuando em causa própria, não cumpre a determinação judicial de suprir a omissão acerca da sua inscrição na OAB, após o prazo legal conferido. Trata-se de irregularidade formal que, não sanada, justifica o indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 10 da Lei nº 12.016/2009.

Por que as demais alternativas estão incorretas:

A alternativa A está incorreta, pois a ausência de prova pré-constituída, estando esta em poder da autoridade coatora, não autoriza o indeferimento liminar da inicial, cabendo ao juiz determinar a sua exibição.

A alternativa B está incorreta, porque não se admite indeferimento liminar do mandado de segurança sem motivação, mesmo quando a decisão administrativa impugnada seja passível de recurso com efeito suspensivo.

A alternativa C está incorreta, pois pedidos eventualmente incompatíveis não autorizam o indeferimento imediato, devendo ser oportunizada a correção.

A alternativa D está incorreta, porque o prazo decadencial para impetração do mandado de segurança é de 120 dias, e não de 180 dias.

Tema dominante: Mandado de segurança – requisitos e indeferimento da inicial

Fonte dominante: Lei nº 12.016/2009, art. 10

### Questão 47

Ajuizada uma ação popular, o Juiz da causa, depois de concluídas todas as fases do procedimento, e após ter sido ofertado o pronunciamento conclusivo do Ministério Público, proferiu sentença por meio da qual julgava improcedente o pedido, estribando-se, para tanto, no argumento de que o conjunto probatório produzido nos autos era insuficiente para ensejar o acolhimento da pretensão autoral.

Regularmente intimada, a Fazenda Pública demandada interpôs, tempestiva e regularmente, recurso de apelação, pleiteando a reforma da sentença, embora

não em relação ao seu dispositivo, mas sim no tocante à sua fundamentação. Mais precisamente, requereu a Fazenda que a rejeição do pedido do autor popular passasse a se arrimar no reconhecimento judicial da licitude da atuação estatal questionada na peça vestibular, em vez da insuficiência do acervo probatório, como havia constado da sentença.

Por sua vez, o autor da ação não manejou de imediato qualquer recurso, mas, depois de intimado para apresentar contrarrazões ao apelo da parte ré, protocolizou, também de modo tempestivo e regular, recurso de apelação, na forma adesiva, pugnando, então, pela reforma do decisum, para que o pedido que havia formulado na peça exordial fosse acolhido.

A parte ré, na sequência, foi intimada para oferecer contrarrazões ao apelo adesivo, o que fez no prazo legal.

Sobre esse contexto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Juiz deverá determinar a subida dos autos ao órgão ad quem, ao qual caberá deixar de conhecer de ambos os recursos de apelação interpostos.
- (B) O Juiz deverá determinar a subida dos autos ao órgão ad quem, ao qual caberá conhecer de ambos os recursos de apelação interpostos, julgando os respectivos méritos na forma que entender cabível.
- (C) O Juiz deverá determinar a subida dos autos ao órgão ad quem, ao qual caberá conhecer do recurso de apelação adesivo interposto, mas não do principal, julgando o mérito daquele na forma que entender cabível.
- (D) O Juiz deverá determinar a subida dos autos ao órgão ad quem, ao qual caberá conhecer do recurso de apelação principal interposto, mas não do adesivo, julgando o mérito daquele na forma que entender cabível.
- (E) O Juiz, constatando que nenhum dos recursos de apelação interpostos merece ser conhecido, deverá obstar a subida dos autos ao órgão ad quem e determinar que a serventia certifique o trânsito em julgado da sentença proferida.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: B

Comentário técnico:

A alternativa B está correta. Ambos os recursos – o principal e o adesivo – foram interpostos de maneira tempestiva e regular, cumprindo os requisitos legais. O art. 997, §2º, III, do CPC, autoriza a interposição de recurso adesivo na apelação, desde que haja recurso principal, como no caso. Assim, cabe ao tribunal conhecer e julgar ambos os recursos.

Por que as demais alternativas estão incorretas:

A alternativa A está incorreta, pois não há razão jurídica para deixar de conhecer ambos os recursos, que foram regularmente interpostos.

A alternativa C está incorreta, pois não há impedimento para o conhecimento do recurso principal, assim como do adesivo.

A alternativa D está incorreta, porque, sendo tempestivo e adequado, o recurso adesivo deve ser apreciado.

A alternativa E está incorreta, visto que o juiz de primeiro grau não pode impedir a remessa dos autos ao tribunal quando interpostos recursos regulares.

Tema dominante: Recursos – apelação adesiva

Fonte dominante: CPC, art. 997, §2º, III

### Questão 48

Suspeitando de que o médico responsável pelo procedimento cirúrgico a que se submetera atuou com imperícia, o que resultou em um agravamento de seu estado de saúde, o paciente, ainda sem ter certeza da configuração do erro médico, optou por intentar demanda probatória autônoma. Assim, ele requereu, em sua petição inicial, a produção de prova pericial, além da citação do médico para integrar o processo.

A peça exordial foi distribuída a um Juízo Cível integrante do foro onde a prova pretendida deveria ser produzida, o qual não coincide com o foro do domicílio do requerido.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Está configurado o vício de incompetência relativa, já que o foro competente para o ajuizamento da demanda é o do domicílio do requerido.
- (B) Sobrevindo decisão que indefira a colheita da prova pericial cuja antecipação se requereu, extinguindo o procedimento, é ela insuscetível de impugnação por qualquer via recursal típica.
- (C) Caso deferida, a produção antecipada da prova requerida não terá o condão de gerar prevenção do Juízo para eventual demanda que venha a ser futuramente ajuizada com base nessa prova.
- (D) O Juiz deverá indeferir o requerimento de citação do médico, já que o procedimento não versa sobre uma lide, tampouco se prestando a uma valoração meritória da prova cuja produção se pretende antecipar.
- (E) O Juiz deverá indeferir a petição inicial, haja vista a ausência de interesse de agir, pois a prova cuja antecipação se requereu poderá ser produzida nos autos

de eventual ação em que se deduza pretensão indenizatória em desfavor do médico.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: C

Comentário técnico:

A alternativa C está correta. Nos termos do art. 381, §3º, do CPC, a produção antecipada de provas não gera prevenção para o juízo onde foi realizada, salvo se houver requerimento expresso da parte para fixação da competência. Na hipótese, não houve esse requerimento, logo não há prevenção.

Por que as demais alternativas estão incorretas:

A alternativa A está incorreta, pois a competência na produção antecipada de provas não se orienta pelas regras gerais de competência territorial, mas sim pela adequação para a colheita da prova.

A alternativa B está incorreta, visto que a decisão que indefere a produção antecipada da prova é passível de agravo de instrumento, conforme o art. 1.015, I, do CPC.

A alternativa D está incorreta, pois é cabível a citação do requerido na produção antecipada de prova para assegurar o contraditório.

A alternativa E está incorreta, já que há interesse de agir na produção antecipada quando houver risco de que a prova se torne difícil ou impossível de ser produzida posteriormente.

Tema dominante: Produção antecipada da prova – efeitos e competência

Fonte dominante: CPC, art. 381, §3º

### Questão 49

Vespasiano ingressa com ação contra Tito, Tibério e Vitor. O primeiro réu (Tito) é o devedor originário da quantia a ele emprestada pelo credor. Os dois seguintes são apontados como garantidores da dívida.

Em relação ao litisconsórcio que se formou, assinale a afirmativa correta.

- (A) Admitida a obrigação dos réus como solidária, o litisconsórcio é unitário.
- (B) Admitida a obrigação dos réus como solidária, o litisconsórcio é necessário.

- (C) Admitida a obrigação dos garantidores como subsidiária, o litisconsórcio é simples e unitário.
- (D) Admitida a obrigação dos garantidores como subsidiária, o litisconsórcio é simples e necessário.
- (E) Seja admitindo-se a obrigação dos réus como solidária, seja admitindo-se a obrigação dos garantidores como subsidiária, o litisconsórcio é simples e facultativo.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: E

Comentário técnico:

A alternativa E está correta. Tanto na obrigação solidária quanto na obrigação subsidiária, o litisconsórcio é simples e facultativo. O credor pode escolher demandar um ou todos os devedores, conforme sua conveniência, não havendo obrigatoriedade na formação do litisconsórcio.

Por que as demais alternativas estão incorretas:

A alternativa A está incorreta, pois a obrigação solidária não gera litisconsórcio unitário.

A alternativa B está incorreta, visto que a obrigação solidária também não configura litisconsórcio necessário.

A alternativa C está incorreta, porque, embora a obrigação dos garantidores seja subsidiária, o litisconsórcio permanece simples, não sendo unitário.

A alternativa D está incorreta, pois mesmo na obrigação subsidiária o litisconsórcio é facultativo e não necessário.

Tema dominante: Litisconsórcio – natureza nas obrigações solidárias e subsidiárias

Fonte dominante: Código Civil, arts. 264 e 275; CPC, arts. 113 e 116

### Questão 50

Agripino está em litígio com seu credor, Caio. Agripino assinala dever ao credor apenas R\$ 100.000,00 (cem mil reais), mas Caio aponta que o débito é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a vencer em poucos dias. Diante da divergência, o devedor move ação de consignação em face do credor.

Conforme as regras que regem o procedimento especial consignatório, assinale a afirmativa correta.

- (A) O sistema do CPC apenas admite a consignação se o depósito é feito extrajudicialmente, e a ação deve ser extinta se a via extrajudicial não foi tentada.
- (B) Se o autor for o vencedor da ação, ele poderá, após o trânsito em julgado, levantar o valor depositado, além de executar a verba honorária a ser fixada em seu favor.
- (C) Se o contrato trazer cláusula de rescisão por inadimplemento ou cláusula penal, o devedor pode liberar-se de tais estipulações se, em 30 (trinta) dias, contados a partir da data em que foi intimado sobre a contestação, depositar os R\$ 100.000,00 (cem mil reais) faltantes.
- (D) Comprovado que o débito indicado em contestação é o correto, e a oferta é insuficiente, a sentença determinará o montante devido e, independentemente de reconvenção, valerá como título executivo em favor do réu, que poderá executá-lo nos mesmos autos.
- (E) Comprovado o depósito judicial tempestivo de R \$100.000,00 (cem mil reais), feito no próprio dia de vencimento, ainda que o Juiz afira ser correta a defesa do réu, no sentido de ser devido R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), deve a sentença afirmar a parcial procedência do pedido, liberando o devedor até o montante satisfeito e distribuindo proporcionalmente a sucumbência.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: D

Comentário técnico:

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 546, §4º, do CPC, quando a oferta feita na ação consignatória for insuficiente, a sentença determinará o montante devido e valerá como título executivo judicial em favor do réu, que poderá executá-lo nos mesmos autos, independentemente de reconvenção.

Por que as demais alternativas estão incorretas:

A alternativa A está incorreta, pois a consignação pode ser feita judicial ou extrajudicialmente, sendo a tentativa extrajudicial facultativa.

A alternativa B está incorreta, visto que, sendo vencedor, o autor não pode levantar o valor depositado; o depósito destina-se ao pagamento ao credor.

A alternativa C está incorreta, pois o prazo de 30 dias para purgação da mora não se aplica à ação de consignação, a qual possui disciplina própria.

A alternativa E está incorreta, porque, sendo insuficiente a oferta, a sentença fixará o valor devido, constituindo título executivo, e não haverá liberação parcial do devedor.

Tema dominante: Ação consignatória – efeitos da insuficiência da oferta

Fonte dominante: CPC, art. 546, §4º

## Direito Civil

### Questão 51

Barnabé é proprietário de um casebre de dois andares que se encontra em más condições de conservação, na Rua das Flores, e celebrou contrato de locação com Cleonice, cedendo-lhe o imóvel em troca do pagamento de um aluguel proporcional à qualidade do casebre. Entretanto, não é a locatária que ocupa o imóvel, mas sua filha Diná, que nele reside desde o início da vigência do contrato. Cleonice, a pedido de Diná, vinha alertando Barnabé sobre a reforma da fachada, que se encontrava em manifesta necessidade de conservação, sem retorno do proprietário. Na última sexta-feira, um pedaço da fachada se desprende, em virtude da falta de conservação, e atingiu um transeunte.

Assinale a opção que indica de quem é a responsabilidade pelos danos causados ao transeunte.

- (A) Objetiva e somente de Barnabé.
- (B) Subjetiva e somente de Cleonice e Diná.
- (C) Objetiva e solidária de Barnabé e Cleonice.
- (D) Subjetiva de Barnabé e subsidiária de Diná.
- (E) Somente de Barnabé, mas pressupõe culpa de sua parte.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: Letra A (questão passível de recurso)

Comentário técnico:

A alternativa A sustenta que a responsabilidade pelos danos causados ao transeunte decorreria objetivamente e exclusivamente de Barnabé, proprietário do imóvel, nos termos dos art. 937 do Código Civil. Esse dispositivo estabelece que responde objetivamente o dono ou diretor de prédio por danos resultantes de sua ruína, total ou parcial, quando esta ocorrer por falta de reparos necessários.

A fundamentação do gabarito parte da ideia de que o proprietário, ainda que não exerça a posse direta, mantém o dever jurídico de conservar o imóvel e evitar que sua precariedade cause prejuízos a terceiros.

Ou seja, o raciocínio da alternativa correta (segundo o gabarito) baseia-se na atribuição objetiva de responsabilidade ao proprietário, afastando qualquer cogitação de responsabilidade da locatária (Cleonice) ou da ocupante direta (Diná), mesmo que tivessem ciência do risco e que tenham alertado sobre a necessidade de reparos.

Tema dominante: Responsabilidade civil do proprietário de imóvel - ruína decorrente de falta de reparos

Fonte dominante: Código Civil, art. 937

Entendemos que é plausível recurso, considerando os seguintes argumentos:

Embora a responsabilidade objetiva do proprietário seja regra (art. 937 do CC), o art. 938 reconhece a responsabilidade do habitante do imóvel pelo dano decorrente das coisas que dele caírem. Assim, a alternativa C ("Objetiva e solidária de Barnabé e Cleonice") poderia ser considerada como igualmente correta, em consonância com a teoria da causalidade e o dever de cooperação na prevenção de danos.

Por essa razão, a questão é passível de recurso, dada a possibilidade de dupla interpretação com respaldo jurídico plausível.

### Questão 52

Enéas identificou o depósito de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) realizado em sua conta corrente por Pix e, embora não tenha identificado o depositante, presumiu tratar-se do pagamento do aluguel devido por seu inquilino Aderbal, que tem o mesmo valor. Algum tempo depois, Enéas foi interpelado por Eunice, autora do depósito, que desejava que o valor lhe fosse restituído, pois afirmou que digitara errado a numeração da conta do seu credor efetivo.

Sobre o caso, avalie as afirmativas a seguir.

I. A pretensão à devolução do valor deve seguir, prioritariamente, as regras gerais sobre enriquecimento sem causa.

II. Eunice poderia exigir a devolução em dobro do valor depositado, em razão de ser indevida a recepção do valor por Enéas.

III. Enéas pode recusar-se a devolver o valor se, entre o depósito e o pedido de devolução, prescreveu sua pretensão ao aluguel em face de Aderbal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

## COMENTÁRIOS

### **Gabarito oficial: Letra C (questão passível de recurso)**

Comentário técnico:

A alternativa C sustenta que Enéas poderia recusar-se a devolver o valor depositado, se, entre o depósito e o pedido de devolução, prescreveu sua pretensão ao aluguel em face de Aderbal. O raciocínio implícito é que, ao presumir tratar-se de pagamento de aluguel, Enéas poderia ter, legitimamente, destinado o valor a quitar dívida que acreditava existente.

Contudo, o gabarito ignora a regra central sobre enriquecimento sem causa, prevista no art. 884 do Código Civil, segundo a qual ninguém pode enriquecer ilicitamente à custa de outrem. O depósito foi indevido, configurando pagamento indevido (*solutio indebiti*), cuja restituição independe da prescrição de eventual crédito que Enéas pudesse ter contra Aderbal.

Ou seja, o raciocínio da alternativa correta (segundo o gabarito) parte da ideia de que a extinção da pretensão de cobrança de aluguel impediria a restituição do valor indevido. No entanto, a obrigação de restituir valores indevidamente recebidos não se confunde com a relação obrigacional existente (ou não) entre Enéas e Aderbal, mas decorre diretamente do princípio que veda o enriquecimento sem causa.

Tema dominante: Pagamento indevido – enriquecimento sem causa

Fonte dominante: Código Civil, art. 884

Entendemos que é plausível recurso, considerando os seguintes argumentos:

A restituição do pagamento indevido é obrigação autônoma e não pode ser afastada em razão da prescrição de eventual crédito entre Enéas e Aderbal. A prescrição extingue a pretensão, mas não legitima que terceiro retenha valor indevido de quem nunca lhe foi devedor. A jurisprudência é firme no sentido de que a boa-fé objetiva exige a restituição ao real titular, independentemente de cogitações subjetivas feitas por quem recebeu o valor.

Portanto, a alternativa correta, segundo a melhor interpretação, seria a letra A ("I, apenas"), reconhecendo que o caso deve ser resolvido prioritariamente com base nas regras gerais de enriquecimento sem causa, obrigando à restituição.

Assim, a questão é passível de recurso, por admitir interpretação mais conforme à legislação e à jurisprudência dominantes sobre pagamento indevido.

### Questão 53

Zelito tem três filhos (Yone, Xisto e Valter) e dois netos (Umberto, filho de Yone, e Tânia, filha de Xisto). Quando Zelito morreu, sua sucessão foi particularmente complexa porque Yone renunciou à herança e Xisto foi excluído da sucessão por indignidade.

Diante disso, assinale a opção que indica, corretamente, como a herança de Zelito será dividida.

- (A) Metade para Tânia e metade para Valter.
- (B) Metade para Umberto e metade para Valter.
- (C) Metade para Umberto e metade para Tânia.
- (D) Um terço para Umberto, um terço para Tânia e um terço para Valter.
- (E) Um quarto para Umberto, um quarto para Tânia e metade para Valter.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: A

Comentário técnico:

Nos termos do artigo 1.784 do Código Civil, com a renúncia de Yone e a exclusão de Xisto por indignidade, os descendentes destes (Umberto e Tânia) sucedem por representação (art. 1.851 do CC). Assim, a herança será dividida entre Valter, herdeiro remanescente, e Tânia, descendente de Xisto, que foi excluído. Não cabe

a Umberto receber a parte de sua mãe, pois a renúncia não transmite direitos aos descendentes, salvo se prevista a cessão expressa, o que não consta no enunciado.

Por que as demais estão incorretas:

B — Incorreta, pois Umberto não herda na renúncia sem cessão expressa.

C — Incorreta, pois Umberto não é herdeiro.

D — Incorreta, pois a divisão não se dá em três partes.

E — Incorreta, pois a divisão não corresponde à proporção indicada.

Tema dominante: Direito das sucessões — sucessão por representação e efeitos da renúncia e indignidade

Fonte dominante: Lei (Código Civil, arts. 1.784 e 1.851)

### Questão 54

Juraci e Ronaldo são casados sob o regime da comunhão parcial de bens. Na constância do casamento, ocorreram alguns fatos jurídicos: Juraci acertou a quadra da loteria e recebeu um prêmio de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); Ronaldo adquiriu onerosamente um apartamento, que foi alugado por R\$ 3.000,00 (três mil reais); e Juraci recebeu um terreno por herança, decorrente do falecimento de sua mãe. Essa situação fática chegou ao Juiz em ação de divórcio com partilha de bens.

De acordo com a situação hipotética apresentada, assinale a opção que indica o que o Juiz deve considerar comuns e determinar a partilha.

(A) O apartamento.

(B) O apartamento e os aluguéis.

(C) O prêmio da loteria e o apartamento.

(D) O prêmio da loteria, o apartamento e os aluguéis provenientes do apartamento.

(E) O prêmio de loteria, o apartamento, os aluguéis provenientes do apartamento e o terreno.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: D

Comentário técnico:

Conforme o artigo 1.660 do Código Civil, são comuns aos cônjuges, no regime da comunhão parcial, os bens adquiridos onerosamente na constância do casamento. Assim, o apartamento e os aluguéis dele provenientes são bens comuns. O prêmio de loteria também integra o patrimônio comum, conforme entendimento majoritário do STJ (REsp 1.515.895/MG). Já o terreno adquirido por herança é bem particular, nos termos do art. 1.659, I, do CC.

Por que as demais estão incorretas:

- A — Incorreta, pois há outros bens comuns além do apartamento.
- B — Incorreta, pois também o prêmio da loteria é comum.
- C — Incorreta, pois também os aluguéis são comuns.
- E — Incorreta, pois o terreno é bem particular, excluído da comunhão.

Tema dominante: Regime de bens e partilha no divórcio

Fonte dominante: Lei (Código Civil, arts. 1.659 e 1.660); Jurisprudência (STJ)

### Questão 55

Capitu, modelo e influencer digital, decidiu criar uma conta em uma plataforma digital de acesso restrito para compartilhar seus ensaios fotográficos artísticos contendo nudez parcial, destinados exclusivamente a seus assinantes, mediante pagamento de uma mensalidade. A iniciativa foi muito bem-sucedida e a conta de Capitu, em poucas semanas, já tinha milhares de assinaturas, gerando excelente retorno financeiro.

Alguns meses depois, Capitu foi surpreendida ao ver que algumas de suas fotografias tinham sido retiradas de sua conta na referida plataforma, sem autorização, e publicadas em uma revista online.

Diante da situação hipotética narrada e de acordo com a legislação vigente e com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) Capitu tem direito a solicitar a retirada das fotografias diretamente com o provedor da revista online, sem necessidade de decisão judicial e sob pena de responsabilização civil, com base no direito de imagem e, também, por se tratar de cena de nudez, conforme previsto no Marco Civil da Internet.
- (B) Capitu, devido à publicação não autorizada das suas fotografias pela revista online, somente provando o prejuízo material, poderá pleitear indenização, pois a publicação não autorizada das fotos tinha fins lucrativos.

(C) Capitu deverá solicitar judicialmente a retirada das suas fotografias da revista online, uma vez que as fotos não se enquadram no conceito adotado pelo Superior Tribunal de Justiça de imagens íntimas de caráter privado.

(D) Capitu pode solicitar a remoção das fotografias diretamente com o provedor da revista online, mas não tem direito à indenização, pois, ao disponibilizá-las publicamente, consentiu com a reprodução em outros meios e mídias.

(E) Capitu não pode solicitar a remoção das fotografias, pois, ao disponibilizá-las na plataforma de assinatura, implicitamente, consentiu com a reprodução em outros meios de comunicação e, pela mesma razão, não faz jus à indenização.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: C

Comentário técnico:

Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.660.168/RJ), apenas imagens íntimas de caráter estritamente privado podem ensejar a remoção de conteúdo diretamente junto ao provedor, sem necessidade de decisão judicial. No caso, embora as fotos revelem nudez parcial, foram publicadas de forma voluntária e mediante remuneração, não se enquadrando como imagem íntima de caráter privado, o que afasta a possibilidade de remoção direta.

Por que as demais estão incorretas:

A — Incorreta, pois não se trata de imagem íntima de caráter privado.

B — Incorreta, pois é possível pleitear indenização independentemente de prova de prejuízo material.

D — Incorreta, pois não houve consentimento para publicação fora da plataforma.

E — Incorreta, pois a disponibilização não implica consentimento irrestrito para divulgação em outros meios.

Tema dominante: Direito de imagem e responsabilidade civil na internet

Fonte dominante: Jurisprudência (STJ, REsp 1.660.168/RJ); Lei (Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965/2014)

### Questão 56

Maria Luiza celebrou contrato de locação de imóvel na modalidade comercial com Felisberto, legítimo proprietário do bem, pelo prazo de dez anos. O objetivo do pacto era a instalação de um restaurante, cuja sócia majoritária era a locatária. Após 18 meses de acordo, sem consentimento expresso do locador, Maria Luiza transferiu verbalmente o pacto para o Restaurante Amar Ltda., cuja sócia majoritária era Laurita, tendo notificado extrajudicialmente o locador, que permaneceu inerte.

Laurita, ao longo de seis anos, pagou o aluguel por meio de depósito bancário identificado na conta corrente de Felisberto, inclusive, por duas vezes, Laurita purgou a mora pelo atraso no cumprimento da obrigação. No último mês, Felisberto promoveu ação de despejo em face de Maria Luiza alegando violação contratual, visto que a cláusula terceira proibia a cessão do imóvel ou sua sublocação, sem a anuência expressa e por escrito do locador.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pedido deve ser julgado procedente, porque a cláusula contratual foi violada e a cessão não foi expressamente autorizada pelo locador.
- (B) A cessão verbal do contrato é anulável, devendo ser, por conseguinte, julgado procedente o pedido, por inexistência de convalidação.
- (C) O pedido deve ser julgado improcedente, por respeito à boa-fé objetiva, em virtude da expectativa gerada pela conduta e inércia do locador.
- (D) A procedência do pedido é plenamente justificada pela inexistência de relação jurídica entre Felisberto e o Restaurante Amar Ltda.
- (E) Os princípios da liberdade contratual, pacta sunt servanda e boa-fé subjetiva fundamentam a procedência do pedido.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: C

Comentário técnico:

A alternativa C é a correta, pois aplica o princípio da boa-fé objetiva, que orienta a proteção da confiança legítima gerada pela conduta das partes no contrato. Apesar de a cessão ter sido realizada verbalmente, contrariando cláusula contratual que exigia consentimento expresso do locador, a inércia deste diante de sua ciência inequívoca da cessão e do recebimento dos aluguéis por anos caracteriza comportamento contraditório, vedado pelo princípio venire contra factum proprium.

Análise das alternativas incorretas:

A: Incorreta, pois ignora o princípio da boa-fé objetiva e a tolerância do locador, que continuou a receber os aluguéis.

B: Incorreta, pois não se trata de anulabilidade, mas sim de convalidação tácita pela inércia do locador.

D: Incorreta, pois a existência de relação jurídica se consolidou pelo comportamento do locador.

E: Incorreta, pois a invocação da boa-fé objetiva e não subjetiva, bem como o equilíbrio contratual, afastam a procedência.

Tema dominante: Contratos – cessão de locação e boa-fé objetiva

Fonte dominante: Doutrina e jurisprudência sobre contratos e princípios gerais do direito civil.

### Questão 57

Aderbal, morador no condomínio Epitácio, foi procurado por Brígida e Catarina, vizinhas que dividem o apartamento em frente ao seu. Elas queriam alugar a vaga de garagem de Aderbal no edifício, oferecendo-se a pagar R\$ 200,00 (duzentos reais) por mês. Aderbal aceitou a proposta e a locação foi celebrada entre ele e ambas as vizinhas, por prazo indeterminado.

Os aluguéis foram pontualmente pagos por meio de transferências bancárias nos primeiros meses, mas, recentemente, Aderbal se deu conta de que há dois meses não ocorria qualquer depósito da parte delas na sua conta.

Em razão disso, foi procurar as vizinhas e encontrou somente Brígida, que relatou um desentendimento com Catarina, que abandonou a moradia, deixando-a em difícil situação financeira, tendo dificuldades de pagar a locação da vaga de garagem e o aluguel do apartamento. Brígida disse a Aderbal que está fazendo o possível e que, ainda esta semana, fará o pagamento de metade dos aluguéis pendentes, mas que não pode ser responsabilizada pela parte de Catarina na dívida.

Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

(A) Brígida tem razão, sem prejuízo de Aderbal poder pôr fim ao contrato em virtude do inadimplemento.

- (B) Aderbal pode sim cobrar de Brígida toda a dívida inadimplida, em razão da solidariedade entre as devedoras.
- (C) Brígida, embora não se tenha convencionado solidariedade, responde pela parte de Catarina por ser a vaga indivisível.
- (D) Brígida, como o contrato foi celebrado por prazo indeterminado, pode permanecer usando a vaga pagando R\$ 100,00 (cem reais).
- (E) Somente após três meses de aluguéis atrasados pode Aderbal tomar medidas contra Brígida.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra A

Comentário técnico:

Na ausência de cláusula expressa de solidariedade, presume-se a divisibilidade da obrigação, conforme o art. 265 do Código Civil. Assim, Brígida só responde pela sua parte, cabendo a Aderbal a faculdade de pôr fim ao contrato em virtude do inadimplemento. Não há solidariedade presumida nem se aplica a indivisibilidade pela natureza do bem (vaga de garagem). Importante registrar que a locação de vaga de garagem não segue a lei do inquilinato (Lei 8.245/91).

Alternativas incorretas:

B: Incorreta. Não há solidariedade presumida.

C: Incorreta. A indivisibilidade da vaga não implica solidariedade automática.

D: Incorreta. O contrato não prevê redução proporcional automática.

E: Incorreta. Não há necessidade de esperar três meses para adotar medidas.

Tema dominante: Contratos e solidariedade nas obrigações.

Fonte dominante: Lei (Código Civil, art. 265).

### Questão 58

Danilo havia emprestado seu automóvel Y, para Elias, seu cunhado. Embora Elias tenha seu próprio automóvel, X, o de Danilo, com tração nas quatro rodas, era muito mais eficiente para o trabalho de Elias no ambiente agrário.

Diante disso, Elias propôs a Danilo que, em lugar de lhe devolver o automóvel Y emprestado, dar-lhe-ia a propriedade do automóvel

X. Como não usava a tração nas quatro rodas, Danilo aceitou a proposta, acreditando estar fazendo um bom negócio, até porque o automóvel X era um pouco mais valioso que Y. A transferência do veículo foi feita no mesmo instante. Alguns dias depois, Danilo foi parado em uma blitz policial porque o automóvel X era roubado e o veículo foi imediatamente apreendido.

Assinale a opção que indica, corretamente, o que Danilo pode exigir de Elias, além da indenização dos prejuízos sofridos.

- (A) O valor de mercado do automóvel X.
- (B) Outro automóvel com as mesmas características do X.
- (C) O preço que Elias pagou pelo automóvel X.
- (D) O valor de mercado do automóvel Y.
- (E) O automóvel Y de volta.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: Letra E

Comentário técnico:

Na hipótese, houve evicção, já que o bem entregue era de terceiro e objeto de apreensão. De acordo com o art. 447 do Código Civil, quem transmite coisa alheia, responde pela evicção, devendo restituir o bem transferido ou o equivalente, conforme escolha do evicto. Assim, Danilo pode exigir de Elias a restituição do bem entregue: o automóvel Y.

Alternativas incorretas:

A, B, C e D: Incorretas. A legislação garante a devolução do bem originalmente entregue, não o preço ou outro veículo.

Tema dominante: Evicção e direitos do adquirente.

Fonte dominante: Lei (Código Civil, arts. 447 e 448).

### Questão 59

Juca ajuizou uma ação no dia 20 de março de 2025 no Juizado Especial Cível, pleiteando a troca de uma geladeira.

Na petição, Juca narrou que adquiriu a geladeira pela internet no dia 20 de novembro de 2024 e que o produto foi entregue em seu domicílio apenas no dia 29 de dezembro de 2024. Logo nos primeiros dias, a geladeira não funcionou, indicando possuir algum problema no motor. Em defesa, o fornecedor alegou a decadência do direito, uma vez que o consumidor se quedou inerte nos 90 (noventa) dias que se seguiram à compra do bem.

Com base no que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nas compras feitas pela internet, a decadência é contada em dobro e, por esse motivo, o respectivo prazo não teria transcorrido por completo.
- (B) O prazo de decadência de 90 (noventa) dias não transcorreu por completo porque o seu início se deu na data de entrega do produto e não na data da compra.
- (C) Nas compras feitas pela internet o prazo para a reclamação é de apenas sete dias e, portanto, já teria transcorrido por completo o que geraria a improcedência do pedido.
- (D) A solução da hipótese reclama a simples aplicação do Art. 26, inciso II, do CDC, que estabelece a incidência do prazo decadencial de 30 (trinta) dias nos casos de vícios de produtos duráveis, prazo que, na hipótese apresentada, já transcorreu por completo.
- (E) A solução da hipótese reclama a simples aplicação do Art. 26, inciso II, do CDC, que estabelece a incidência do prazo decadencial de 90 (noventa) dias nos casos de vícios de produtos duráveis, prazo que, na hipótese apresentada, já transcorreu por completo.

### COMENTÁRIOS

Gabarito oficial: Letra B

Comentário técnico:

O prazo decadencial para reclamar vícios aparentes ou de fácil constatação em produtos duráveis é de 90 dias (art. 26, II, do CDC), contados a partir da entrega efetiva do bem e não da data da compra. Assim, no caso, a decadência não ocorreu, pois o prazo começou a contar de 29/12/2024, com a entrega.

Alternativas incorretas:

A: Incorreta. Não existe previsão de contagem em dobro.

C: Incorreta. O prazo de sete dias é para arrependimento, não para vício.

D: Incorreta. O prazo para produto durável é de 90 dias, não 30.

E: Incorreta. O prazo não transcorreu por completo.

Tema dominante: Direito do consumidor – decadência.

Fonte dominante: Lei (Código de Defesa do Consumidor, art. 26, II).

### Questão 60

O casal Edson e Gabriela propuseram ação de adoção da criança Maria Eduarda. No curso do processo Edson veio a falecer em razão de um acidente de trânsito. Ainda assim o Juiz proferiu sentença, deferindo o pedido de adoção, determinando a inclusão dos nomes do finado Edson e de Gabriela no registro de nascimento da criança.

No entanto, os pais de Edson intervieram no processo de adoção como terceiros interessados e interpuseram recurso de apelação pugnando pela reforma da sentença, argumentando que o óbito do adotante deveria, em relação a ele, levar à extinção do feito sem resolução do mérito, ressaltando as repercussões sucessórias da sentença proferida.

Abstraindo eventuais temas processuais, assinale a opção que mostra, corretamente, como a questão deve ser analisada.

(A) Assiste razão aos pais de Edson, porque o óbito do adotante enseja a extinção da ação de adoção em qualquer fase, haja vista o caráter personalíssimo da ação em tela.

(B) Não assiste razão aos pais de Edson, porque no caso de pedidos de adoção feitos por casal a vontade do cônjuge/convivente sobrevivente supre a vontade do cônjuge/convivente falecido.

(C) Não assiste razão aos pais de Edson, porque apenas no caso da adoção póstuma o adotante não terá nenhum direito sucessório em relação ao finado, mas tão somente em relação ao adotante sobrevivente.

(D) Não assiste razão aos pais de Edson, porque o ECA reconhece expressamente a adoção póstuma, desde que antes da prolação da sentença tenha havido manifestação de vontade inequívoca do falecido adotante.

(E) Assiste razão aos pais de Edson, porque eles teriam que necessariamente concordar com o pedido de adoção formulado pelo finado filho, porque a vontade manifesta do adotante falecido deve ser ratificada por todos os interessados na herança.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra D

Comentário técnico:

A adoção póstuma é expressamente reconhecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 42, §6º, ECA), sendo válida se houver manifestação de vontade inequívoca do falecido antes de sua morte, ainda que a sentença seja proferida posteriormente. Assim, o recurso dos pais de Edson não merece acolhimento.

Alternativas incorretas:

A: Incorreta. O falecimento não impede a adoção póstuma.

B: Incorreta. Não se trata de supressão, mas de reconhecimento jurídico.

C: Incorreta. O adotado possui direitos sucessórios em relação ao falecido.

E: Incorreta. Não há necessidade de concordância dos herdeiros.

Tema dominante: Direito de família – adoção póstuma.

Fonte dominante: Lei (ECA, art. 42, §6º).

### Questão 61

Genailda e Florisvaldo constituíram uma união estável em agosto de 2015, que durou até dezembro de 2020, quando Florisvaldo abandonou o lar. No período de convivência, o casal adquiriu uma pequena casa, situada em um lote de 200 (duzentos) metros quadrados, no bairro periférico de uma grande cidade.

No ano de 2025, Florisvaldo ingressou com ação de dissolução de união estável no bojo da qual pleiteou a partilha do patrimônio adquirido na constância do relacionamento do casal. Em sua contestação, Genailda alegou que o único bem adquirido durante a união estável seria o imóvel, mas ele não mais integraria o patrimônio do casal em função da usucapião que deveria ser reconhecida em favor dela, uma vez que teria permanecido na posse direta e exclusiva do bem, sem que houvesse qualquer oposição desde a data do abandono do lar pelo seu ex-companheiro.

À luz do que dispõe o Código Civil, assinale a opção que apresenta a decisão correta para o caso.

- (A) Genailda só poderia usucapir o bem em função do abandono do ex-companheiro se o imóvel se situasse em área rural.
- (B) Não é possível reconhecer a usucapião, uma vez que entre cônjuges/conviventes não flui o prazo de prescrição aquisitiva.
- (C) Genailda só poderia usucapir o bem se o abandono do companheiro tivesse ocorrido há mais de dez anos, o que não ocorreu no caso concreto.
- (D) Assiste razão à Genailda, em razão da chamada usucapião pró-família, previsto no Art. 1.240-A do Código Civil, que prevê essa possibilidade para o convivente que exercer por quatro anos a posse exclusiva do bem imóvel de até 250 (duzentos e cinquenta) metros quadrados, após o abandono do lar pelo outro convivente.
- (E) Assiste razão à Genailda, em razão da chamada usucapião pró-família, previsto no Art. 1.240-A do Código Civil, que prevê essa possibilidade para o convivente que exercer por dois anos a posse exclusiva de bem imóvel de até 250 (duzentos e cinquenta) metros quadrados, após o abandono do lar pelo outro convivente.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra E

Comentário técnico:

A alternativa E está correta ao afirmar que assiste razão a Genailda, pois a usucapião familiar ou pró-família está prevista no art. 1.240-A do Código Civil, que estabelece: "Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta com exclusividade sobre imóvel urbano de até 250 m<sup>2</sup>, cuja propriedade dividia com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizar-se-á desse imóvel para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural." Assim,

configuram-se todos os requisitos: posse exclusiva, imóvel urbano de até 250m<sup>2</sup> e decurso do prazo de 2 anos.

As demais alternativas estão incorretas:

(A) e (C): incorretas, pois a usucapião pró-família pode ocorrer em área urbana e exige o prazo de 2 anos, não de 10 anos.

(B): incorreta, pois admite-se a usucapião entre ex-conviventes quando presentes os requisitos legais.

(D): incorreta, pois o prazo legal é de 2 anos, e não 4 anos.

Tema dominante: Direito das Coisas – Usucapião familiar

Fonte dominante: Lei – Código Civil, art. 1.240-A

## Questão 62

João, de 81 anos, encontra-se em situação de fragilidade física e econômica. Viúvo, ele reside sozinho em um pequeno imóvel rural, recebendo uma aposentadoria de um salário mínimo.

Ele tem quatro filhos:

- Ana, médica com alta renda;
- Bruno, professor universitário federal aposentado;
- Carla, que mora fora do país há mais de dez anos; e
- Daniel, que está desempregado há mais de um ano e vive de pequenos trabalhos informais.

João, diante do agravamento do seu quadro de saúde e da recusa dos filhos em lhe prestar auxílio, ajuizou ação de alimentos em face de Ana, pois gostaria que apenas ela arcasse com a prestação de alimentos em seu favor, pois é a que tem melhores condições financeiras. Ana alega que a obrigação alimentar deve ser dividida proporcionalmente entre os irmãos, conforme a capacidade de cada um, e que não pode ser compelida a arcar sozinha com o encargo.

O Juiz, por sua vez, concede alimentos provisórios, fixando a prestação exclusivamente em face de Ana.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

(A) A obrigação alimentar entre os filhos em benefício do pai idoso é solidária, mas João tem o direito de escolher qual dos filhos deverá prestar alimentos,

podendo Ana ser compelida a arcar integralmente, mesmo que haja outros filhos com capacidade contributiva.

(B) A obrigação alimentar entre filhos é indivisível, de modo que não pode haver acordo entre o alimentando e um único filho, sendo indispensável a citação de todos os obrigados, sob pena de nulidade da sentença.

(C) A fixação da obrigação alimentar dos filhos em favor de João depende de prova da incapacidade do idoso para o trabalho, bem como da insuficiência de seus proventos de aposentadoria para atender suas despesas essenciais.

(D) A obrigação alimentar entre os filhos em benefício do pai idoso é solidária, de forma que todos deveriam integrar o polo passivo da demanda e dividir a obrigação, sendo possível apenas a exoneração de Daniel em razão de encontrar-se desempregado.

(E) A condição de residência no exterior de Carla impede que ela seja chamada a compor o polo passivo da ação de alimentos, por violação ao princípio da territorialidade da jurisdição brasileira.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra A

Comentário técnico:

A alternativa A está correta ao afirmar que a obrigação alimentar entre os filhos em benefício do pai idoso é solidária, nos termos do art. 1.696 do Código Civil. Por ser obrigação solidária, João pode escolher contra qual filho quer demandar. É a aplicação do princípio da solidariedade ativa, conferindo ao alimentando a faculdade de escolher.

As demais alternativas estão incorretas:

(B): errada, pois a obrigação é solidária, mas não indivisível; a escolha do alimentando é legítima.

(C): errada, pois o dever de prestar alimentos decorre da necessidade do alimentado, presumida na velhice, e da possibilidade do alimentante.

(D): errada, pois a solidariedade não impõe a necessidade de todos os filhos integrarem a lide inicialmente.

(E): errada, pois a residência no exterior não impede a citação e eventual responsabilização alimentar.

Tema dominante: Direito de Família – Alimentos devidos a ascendente

Fonte dominante: Lei – Código Civil, arts. 1.694, 1.696 e 1.698

## Direito Empresarial

### Questão 63

A Companhia Montalvânia de Arrendamento Mercantil S.A. ajuizou ação de reintegração de posse por inadimplemento de arrendamento mercantil financeiro em face da arrendatária sociedade Couto, Magalhães & Cia Ltda. Está provado nos autos pela documentação apresentada pela arrendatária que o produto da soma do Valor Residual Garantido (VRG) quitado com o valor da venda do bem foi maior que o total pactuado como VRG na contratação.

Considerada essa situação, é correto afirmar que a arrendatária

- (A) poderá exigir da arrendadora a devolução integral do VRG previsto contratualmente, acrescida de juros de mora e atualização monetária.
- (B) terá direito de receber a diferença entre o VRG previsto contratualmente e o valor obtido com a venda do bem, cabendo, entretanto, o prévio desconto de outras despesas ou encargos, se estipulados no contrato.
- (C) poderá exigir da arrendadora a compensação do VRG previsto contratualmente com o valor obtido com a venda do bem, vedada, contudo, a cobrança de despesas e encargos adicionais pela arrendadora.
- (D) poderá exigir da arrendadora a devolução de até 50% (cinquenta por cento) do valor do VRG previsto contratualmente, exceto se a arrendadora provar a não quitação de despesas e encargos contratuais.
- (E) terá direito de receber a diferença entre o VRG previsto contratualmente e o valor obtido com a venda do bem, cabendo, incondicionalmente, o prévio desconto de outras despesas ou encargos por parte da arrendadora.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: Letra B

Comentário técnico:

A alternativa B está correta, conforme entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça. Quando o valor obtido com a venda do bem, somado ao VRG já pago, supera o total pactuado, cabe à arrendatária o direito de receber a diferença, descontadas despesas e encargos previstos no contrato.

As demais alternativas estão incorretas:

(A): errada, pois não cabe a devolução integral do VRG, apenas da diferença.

(C): errada, pois admite-se a cobrança de despesas e encargos contratuais.

(D): errada, pois não há previsão legal de devolução de até 50%, mas da diferença após desconto de encargos.

(E): errada, pois o desconto de despesas contratuais não é incondicional, mas condicionado à previsão contratual.

Tema dominante: Direito Empresarial – Arrendamento mercantil

Fonte dominante: Jurisprudência – STJ (Súmula 564)

### Questão 64

Em relação aos honorários advocatícios devidos antes e após a decretação da falência, é correto afirmar que

(A) os honorários equiparam-se aos créditos trabalhistas para efeito de habilitação, observado o limite de valor de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos, sendo o excedente crédito quirografário. Já os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, são créditos extraconcursais independentemente do valor.

(B) os honorários equiparam-se aos créditos trabalhistas para efeito de habilitação, sendo privilegiados pelo valor integral em razão de sua natureza alimentar. Já os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, são créditos extraconcursais até o limite de valor de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos e o excedente é crédito quirografário.

(C) os honorários equiparam-se aos créditos trabalhistas para efeito de habilitação, observado o limite de valor de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos, sendo o excedente crédito subordinado. Já os honorários de advogado

resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, são créditos extraconcursais independentemente do valor.

(D) os honorários equiparam-se aos créditos trabalhistas para efeito de habilitação, sendo privilegiados pelo valor integral em razão de sua natureza alimentar. Já os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, são créditos extraconcursais independentemente do valor.

(E) os honorários equiparam-se aos créditos trabalhistas para efeito de habilitação, observado o limite de valor de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos, sendo o excedente crédito quirografário. Já os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, são créditos extraconcursais até o limite de valor de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos, sendo o excedente crédito subordinado.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra A

Comentário técnico:

A alternativa A está correta conforme a Lei de Falências (art. 83, I), que equipara honorários advocatícios aos créditos trabalhistas, respeitado o limite de 150 salários mínimos, com o excedente como crédito quirografário. Os honorários posteriores à falência são extraconcursais, independentemente de valor, conforme art. 84, II.

As demais alternativas estão incorretas:

(B): incorreta, pois a natureza alimentar não garante privilégio sobre a totalidade.

(C): incorreta, pois o excedente não é subordinado, mas quirografário.

(D): incorreta, pois os honorários pré-falência têm limite; a integralidade só é aplicável aos posteriores.

(E): incorreta, pois não há limitação aos honorários posteriores.

Tema dominante: Direito Empresarial – Crédito na falência

Fonte dominante: Lei – Lei 11.101/2005, arts. 83 e 84

### Questão 65

A sociedade empresária Frigorífico S.A., especializada no setor alimentício, viu-se diante de momentânea dificuldade financeira para o pagamento dos seus fornecedores. Nesse sentido, pegou empréstimos com instituições financeiras, o que deixou sua situação ainda mais sensível. Sendo assim, seus advogados passaram a recomendar, como medida protetiva, o pedido de recuperação judicial, uma vez que, apesar das diversas dívidas, a sociedade se encontra operante e produzindo receita.

Acerca disso, considerando que se trata de sociedade anônima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A Frigorífico S.A. deverá apresentar as demonstrações contábeis relativas aos três últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da Lei nº 6.404/1964.
- (B) Os administradores podem realizar o pedido de recuperação judicial, com a concordância do acionista controlador, apenas em caso de urgência.
- (C) Será necessário apresentar o estatuto social da sociedade empresária Frigorífico S.A., de modo a comprovar sua data de constituição.
- (D) Não há necessidade de convocar a Assembleia Geral para deliberar acerca da recuperação judicial da Frigorífico S.A., podendo ser realizada diretamente pelos administradores, desde que haja anuência do acionista controlador.
- (E) A sociedade empresária Frigorífico S.A. precisará apresentar a relação de bens particulares dos seus administradores.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: Letra D (passível de recurso formal)

Comentário técnico:

A alternativa D está incorreta, e por isso é a resposta da questão, que exige a identificação da afirmativa incorreta. A deliberação sobre pedido de recuperação judicial por sociedade anônima deve ser realizada pela assembleia geral, conforme art. 122, I, da Lei das S.A. Assim, não basta a atuação dos administradores com anuência do acionista controlador.

As demais alternativas estão corretas:

(A): correta, pois as demonstrações devem ser apresentadas conforme a Lei 6.404/1976.

(B): correta, pois admite-se pedido por administradores com anuência do acionista controlador, apenas em caso de urgência.

(C): correta, pois a apresentação do estatuto é necessária.

(E): correta, pois há exigência de apresentar relação de bens dos administradores.

Tema dominante: Direito Empresarial – Recuperação judicial de sociedade anônima

Fonte dominante: Lei – Lei nº 6.404/1976, art. 122, e Lei nº 11.101/2005

Entendemos possível recurso por um aspecto formal: referência legislativa errada.

Ao mencionar a "Lei nº 6.404/1964" na alternativa A, a banca incorre em referência a uma legislação inexistente, visto que a Lei das Sociedades por Ações vigente é a Lei nº 6.404/1976.

Esse erro não se configura como mera imprecisão formal, mas como um vício substancial, que compromete a análise da alternativa, uma vez que impede o candidato de verificar adequadamente se as demonstrações contábeis devem ser, de fato, confeccionadas segundo parâmetros de uma lei que não possui existência jurídica no ordenamento brasileiro.

Como resultado, a questão passa a apresentar duas alternativas incorretas:

A alternativa D, incorreta por seu conteúdo de mérito, ao afirmar equivocadamente que não há necessidade de convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a recuperação judicial.

A alternativa A, incorreta por sua fundamentação baseada em legislação inexistente.

A coexistência de duas respostas incorretas viola o princípio da unicidade da resposta, essencial à validade das questões objetivas, e compromete a isonomia entre os candidatos, além de afetar a segurança jurídica do certame.

### Questão 66

A sociedade empresária Pacajá Concessionária de Veículos Ltda. ajuizou ação em face de Montefiori Brasil S.A. para obter a declaração de nulidade de três cláusulas contratuais contidas no contrato de concessão comercial celebrado entre elas e que tem por objeto a comercialização de veículos automotores fabricados pela segunda. Adicionalmente, a autora pleiteia o pagamento de indenização pelos prejuízos que alega ter tido pelo cumprimento das aludidas cláusulas.

A primeira cláusula estabelece a distância mínima de 10 (dez) quilômetros entre estabelecimentos de concessionários da mesma rede, o que viola os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, fixando “cláusula de raio” impositiva e de adesão, pois não houve discussão dessa cláusula nem antes nem após a celebração do contrato.

A segunda cláusula autoriza, a critério da concedente, a atuação de mais de um concessionário da mesma rede na área operacional de responsabilidade da autora para o exercício das mesmas atividades empresariais, violando a exclusividade da concessão, característica essencial do contrato.

A terceira e última cláusula contestada impõe o índice de fidelidade na aquisição de componentes dos veículos automotores da concedente, estendendo-o às aquisições que a autora fizer de acessórios para veículos automotores.

Como Juiz (a), ao analisar o contrato e as cláusulas contestadas, você decidiria pela (A) procedência parcial do pedido, pois apenas a cláusula que estende o índice de fidelidade para as aquisições que a autora fizer de acessórios para veículos automotores é vedada, sendo as demais lícitas.

(B) improcedência do pedido, uma vez que são lícitas todas as cláusulas apontadas pela autora, decorrendo da liberdade contratual e das características do contrato de concessão comercial e de sua regulamentação.

(C) procedência parcial do pedido, pois apenas a cláusula de raio é nula, por ser vedada a fixação de qualquer limite territorial entre as concessionárias pela concedente.

(D) procedência do pedido diante da nulidade de todas as cláusulas invocadas, acatando os argumentos apresentados como motivação para a decisão.

(E) procedência parcial do pedido, pois apenas a cláusula que autoriza a atuação de mais de um concessionário da mesma rede na área operacional é nula por violar a exclusividade da concessionária.

### COMENTÁRIOS

**Gabarito oficial: Letra A**

Comentário técnico:

A cláusula de fidelidade estendida à aquisição de acessórios para veículos viola o disposto no art. 39, I, do Código de Defesa do Consumidor, caracterizando prática abusiva, pois impõe vantagem manifestamente excessiva à concessionária. As demais cláusulas — a cláusula de raio e a ausência de exclusividade — são admitidas pela doutrina e jurisprudência, em função da liberdade contratual e da regulação específica da concessão comercial (Lei nº 6.729/79).

Tema dominante: Contrato de concessão comercial – validade de cláusulas contratuais

Fonte dominante: Jurisprudência e legislação específica (Lei nº 6.729/79; CDC)

### Questão 67

Em ação cominatória de abstenção de uso de nome empresarial, discute-se a proteção conferida ao nome empresarial para a verificação de colidência com o nome de outra sociedade empresária.

O Juiz adotou em sua decisão o critério da novidade estabelecido pelo Código Civil, fixando a proteção no âmbito

- (A) internacional, independentemente da inscrição do ato constitutivo da sociedade empresária na Junta Comercial.
- (B) municipal, desde que tenha havido a inscrição do ato constitutivo da sociedade empresária na Junta Comercial, sendo permitido a extensão da proteção para outros municípios do mesmo Estado ou de outros em que a sociedade tenha filiais.
- (C) estadual, desde que tenha havido a inscrição do ato constitutivo da sociedade empresária na Junta Comercial.
- (D) municipal, independentemente da inscrição do ato constitutivo da sociedade empresária na Junta Comercial.
- (E) nacional, desde que tenha havido a inscrição do ato constitutivo da sociedade empresária na Junta Comercial.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra C

Comentário técnico:

[www.promagisconcursos.com.br](http://www.promagisconcursos.com.br)

✉ [promagis@promagisconcursos.com.br](mailto:promagis@promagisconcursos.com.br)

📷 @promagisconcursos

Nos termos do art. 1.155, § 1º, do Código Civil, a proteção ao nome empresarial abrange a área estadual de inscrição na Junta Comercial. Apenas quando registrada em outras unidades federativas, mediante abertura de filiais, a proteção se estende para essas localidades.

Tema dominante: Direito empresarial – proteção ao nome empresarial

Fonte dominante: Código Civil, art. 1.155

### Questão 68

A cooperativa poderá ser dotada de legitimidade extraordinária, autônoma e concorrente para agir como substituta processual dos associados, desde que sejam satisfeitos determinados requisitos.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, um desses requisitos.

- (A) A defesa dos direitos individuais homogêneos ou coletivos de seus associados.
- (B) A causa de pedir versa sobre atos de interesse direto dos associados que tenham relação com as obrigações deles perante a cooperativa.
- (C) Haja, de forma expressa, autorização manifestada pela maioria absoluta dos associados ou por meio de Assembleia Geral que delibere sobre a propositura da medida judicial.
- (D) Os associados devem integrar cooperativas singulares ou centrais, vedada a substituição processual para confederações de cooperativas.
- (E) A cooperativa tem poder para agir como substituta processual de seus associados, desde que previsto em seu estatuto.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: Letra E

Comentário técnico:

De acordo com entendimento pacífico, a legitimidade extraordinária da cooperativa para substituição processual depende de previsão estatutária, nos termos do art. 5º, XXI, da Constituição Federal, e do art. 88-A da Lei 5.764/71.

Tema dominante: Substituição processual – legitimidade das cooperativas

Fonte dominante: Constituição Federal, art. 5º, XXI; Lei 5.764/71

## Direito Penal

### Questão 69

Em uma rua erma e durante a madrugada, Fábio foi abordado por Ricardo, que, portando um pequeno pedaço de pau, determinou ao primeiro, sob ameaça de injúria física, que repassasse todo o dinheiro em espécie que possuía.

Diante da grave ameaça, Fábio retirou de seu bolso frontal os R\$ 400,00 (quatrocentos reais) que dispunha e estendeu uma de suas mãos para entregar a quantia reclamada por Ricardo. Este, quando estava prestes a tomar para si o dinheiro, ouviu o barulho de uma sirene nas proximidades. Julgando ser oriundo de uma viatura policial, Ricardo ficou temeroso, determinou que a vítima guardasse, novamente, o dinheiro, abandonou no chão o pedaço de madeira que portava e deixou o local.

Durante a fuga, já na esquina da rua, Ricardo constatou que aquele som escutado por ele era proveniente de uma ambulância que transitava pela localidade.

Acerca dos fatos acima relatados, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ricardo deve ser responsabilizado por crime de tentativa de roubo próprio.
- (B) Ricardo deve ser responsabilizado por crime de roubo impróprio consumado.
- (C) Ricardo deve ser responsabilizado por crime de extorsão, na modalidade tentada.
- (D) Há arrependimento eficaz, demandando-se a aplicação do Art. 15 do CP, com consequente afastamento da tentativa do crime de roubo.
- (E) Há desistência voluntária, demandando-se a aplicação do Art. 15 do CP, com consequente afastamento da tentativa do crime de roubo.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: Letra A

Comentário técnico:

O crime de roubo se consuma com a subtração da coisa mediante grave ameaça ou violência (art. 157, CP). No caso, a grave ameaça foi realizada, mas a consumação não ocorreu, pois o agente não logrou obter a posse do dinheiro. Assim, trata-se de tentativa de roubo próprio. Não há desistência voluntária nem arrependimento eficaz, pois a cessação da ação decorreu de causa externa (receio da presença policial), e não de uma desistência livre e consciente.

Tema dominante: Direito penal – tentativa de roubo próprio

Fonte dominante: Código Penal, art. 157 e art. 14, II

### Questão 70

Sobre a eficácia da Lei Penal no tempo, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A Lei Penal temporária ou excepcional, mesmo após a sua autorrevogação, goza de ultra-atividade, sendo aplicada ao fato praticado durante a sua vigência.

( ) A lei posterior, que deixa de considerar determinado fato como criminoso, retroage para alcançar fatos anteriores, ainda que definitivamente julgados no âmbito criminal, cessando, em virtude dela, a execução e os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.

( ) No crime permanente, se este é iniciado sob a eficácia de uma lei e sua situação consumativa danosa persiste já sob a vigência de uma lei nova, aplica-se esta, ainda que mais severa que a primeira, por ela revogada.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F - F - V.

(B) V - V - V.

(C) V - V - F.

(D) F - V - F.

(E) V - F - V.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: Letra E (passível de recurso)

Comentário técnico:

A primeira afirmativa, está correta: nos termos do art. 3º do Código Penal, as leis temporárias e excepcionais mantêm sua aplicação aos fatos praticados durante sua vigência, ainda que revogadas posteriormente, fenômeno conhecido como ultra-atividade.

A segunda afirmativa é falsa segundo o gabarito oficial, porque embora o art. 2º, parágrafo único, do CP disponha que a lei mais benéfica retroage, há divergência sobre a extensão dessa retroatividade em relação aos efeitos extrapenais definitivos. O gabarito parte do entendimento restritivo, segundo o qual não se

extinguem automaticamente efeitos extrapenais como a perda de cargo público ou a reparação civil.

A terceira afirmativa está correta: no crime permanente, aplicam-se as regras do art. 4º do Código Penal, segundo o qual considera-se praticado o crime no momento de sua consumação. Assim, se a situação de permanência se estender para além da vigência de nova lei, esta será aplicada, ainda que mais severa.

Ou seja, o raciocínio da alternativa correta (segundo o gabarito) parte da aplicação restritiva da retroatividade da lei descriminalizadora, bem como do critério da consumação como definidor da aplicação da lei penal no tempo.

Tema dominante: Eficácia da lei penal no tempo – retroatividade, ultra-atividade e crime permanente

Fonte dominante: Código Penal, arts. 2º, 3º e 4º

Entendemos que é plausível recurso, considerando os seguintes argumentos:

Embora a doutrina majoritária e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) admitam que a descriminalização retroage para alcançar fatos passados, inclusive os definitivamente julgados, extinguindo a execução e todos os efeitos penais e extrapenais da condenação, o gabarito restringiu indevidamente essa aplicação.

O STF já se manifestou pela possibilidade de extinção de efeitos extrapenais de sentenças condenatórias, com fundamento no art. 2º, parágrafo único, do CP, e na prevalência do princípio da legalidade e da proteção da liberdade individual.

Assim, seria mais conforme à Constituição e à jurisprudência dominante considerar a segunda afirmativa como verdadeira e, portanto, a alternativa correta seria a letra B ("V – V – V").

Dessa forma, a questão é passível de recurso, por admitir interpretação mais consentânea com os princípios constitucionais e com a orientação consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

## Questão 71

Eduardo, reincidente, com 20 anos à época dos fatos, responde pelo crime de furto qualificado após ter quebrado o vidro de um veículo e subtraído, de seu banco traseiro, uma mochila com um computador. O delito referido tem uma pena de reclusão prevista de 2 a 8 anos e multa (Art. 155, § 4º, do CP). Na sentença condenatória, com trânsito em julgado para a acusação, foi afastada a qualificadora, e Eduardo foi condenado por furto simples a uma pena de um ano de reclusão.

Transcreve-se, para consulta, o Art. 109 do Código Penal.

Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no Art. 110, § 1º, deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (Redação dada pela Lei nº 12.234 de 2010).

- I. em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze;
- II. em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze;
- III. em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;
- IV. em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;
- V. em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;
- VI. em três anos, se o máximo da pena é inferior a um ano. (Redação dada pela Lei nº 12.234 de 2010).

No que diz respeito à pena privativa de liberdade, assinale a opção que indica o prazo para a prescrição intercorrente da pretensão punitiva e o prazo para a prescrição da pretensão executória, respectivamente.

- (A) 4 anos e 4 anos.
- (B) 12 anos e 4 anos.
- (C) 2 anos e 2 anos.
- (D) 2 anos e 2 anos e 8 meses.
- (E) 2 anos e 8 meses e 2 anos e 8 meses.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra D

Comentário técnico:

A alternativa D indica que, para a pena privativa de liberdade aplicada a Eduardo (1 ano de reclusão), a prescrição intercorrente da pretensão punitiva e a prescrição da pretensão executória são, respectivamente, de 2 anos e 2 anos e 8 meses.

Nos termos do art. 109, inciso V, do Código Penal, quando a pena máxima cominada for superior a 1 ano e não exceder a 2 anos, o prazo prescricional será de 4 anos. Contudo, para a prescrição intercorrente, considera-se a pena concreta, que foi de 1 ano, logo a prescrição intercorrente será de 2 anos (art. 109, V, c/c art. 110, §1º, do CP).

A prescrição da pretensão executória, após trânsito em julgado, se rege pela pena aplicada, acrescida do aumento de 1/3 em razão da reincidência (art. 115 do CP), resultando no prazo de 2 anos e 8 meses.

Tema dominante: Prescrição penal – intercorrente e executória  
Fonte dominante: Código Penal, arts. 109 e 110

## Questão 72

José, sozinho em casa, à noite, temeroso por conta das ameaças à sua vida que recebera nas semanas anteriores, percebeu um vulto se aproximando de sua residência. Ele acreditou ter visto o vulto fazer um movimento com o braço em direção ao bolso do casaco e, depois, apontando em sua direção. Por isso, José entendeu que o vulto portava uma arma de fogo e, estando também armado, disparou primeiro, causando grave ferimento no desconhecido. Instantes depois, percebeu que era apenas o vizinho tentando entregar-lhe uma correspondência. José foi acusado de tentativa de homicídio e alegou, em sua defesa, que acreditou que seria vítima de um disparo.

Sobre a natureza do argumento deduzido pela defesa de José e a consequência jurídico-penal decorrente de sua eventual aceitação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Trata-se de discriminante putativa, tendo por consequência a exclusão do dolo.
- (B) Trata-se de legítima defesa, tendo por consequência a exclusão da ilicitude da conduta.
- (C) Trata-se de legítima defesa putativa, tendo por consequência a exclusão da culpabilidade.

(D) Trata-se de erro de tipo permissivo, tendo por consequência a exclusão da ilicitude da conduta.

(E) Trata-se de inexigibilidade de conduta diversa, tendo por consequência a exclusão da culpabilidade.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra A

Comentário técnico:

José, por erro quanto à situação de fato, acreditou ser vítima de injusta agressão e agiu em legítima defesa imaginária, incorrendo em discriminante putativa. Quando o erro recai sobre a existência de uma causa de exclusão da ilicitude (ex: legítima defesa), trata-se de erro de proibição indireto. No entanto, se o erro recai sobre os pressupostos de fato dessa excludente (acreditando estar sob ataque), estamos diante de discriminante putativa por erro de tipo, com efeitos de exclusão do dolo e possível reconhecimento de crime culposos, se previsto.

Assim, a alternativa correta é a letra A, que reconhece a hipótese como discriminante putativa com exclusão do dolo.

Tema dominante: Erro de tipo – discriminante putativa

Fonte dominante: Código Penal, art. 20, §1º; doutrina penal

### Questão 73

Assinale a opção que identifica, corretamente, quem deverá ser considerado reincidente, caso condenado pelo novo fato imputado.

(A) Valéria foi acusada de contrabando ocorrido em 2015, e condenada em 2016, e a sentença transitou em julgado em 2017, mesmo ano em que a pena foi extinta pelo cumprimento. Em 2024, foi acusada de outro delito de contrabando ocorrido em 2023.

(B) Adriana, no exercício do cargo político de Prefeita, praticou o delito de peculato, fato ocorrido em 2021, tendo sido condenada, definitivamente, em 2023. Ela ainda não foi localizada para o cumprimento de pena, mas foi acusada da prática do delito de estelionato ocorrido em 2022.

(C) Ana Paula foi definitivamente condenada, em 2022, pela contravenção penal de vias de fato, ocorrida em 2019, tendo iniciado o cumprimento da pena

em 2023, mesmo ano em que recebeu indulto pleno. Em 2024, foi acusada da prática de delito de lesão corporal leve.

(D) Caroline foi condenada por crime militar próprio de deserção, ocorrido em 2019, cuja sentença transitou em julgado em 2021, tendo terminado o cumprimento da pena em 2022, e, em 2024, foi acusada da prática de delito contra o sistema financeiro, cujo fato teria ocorrido em 2023.

(E) Giovana, condenada com trânsito em julgado da condenação ocorrido em 2014 por um delito de lesão corporal culposa ocorrido em 2011, terminou o cumprimento da pena em 2016. Em 2023, foi denunciada novamente pelo delito de roubo, praticado em 2020.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra E

Comentário técnico:

A reincidência exige que, ao tempo do novo crime, não tenha transcorrido o prazo de 5 anos desde o cumprimento ou extinção da pena do crime anterior (art. 64, I, CP). No caso da alternativa E, Giovana foi condenada em 2014 por fato de 2011, com cumprimento da pena encerrado em 2016. O novo crime ocorreu em 2020, ou seja, dentro do período de 5 anos após o fim da pena anterior. Portanto, ela deve ser considerada reincidente.

As demais alternativas envolvem extinção da pena há mais de 5 anos ou não se referem a crimes (como contravenções), o que inviabiliza a reincidência penal nos termos do art. 63 do CP.

Tema dominante: Reincidência

Fonte dominante: Código Penal, arts. 63 e 64, I

### Questão 74

A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, conhecida como Convenção de Mérida, estabeleceu medidas de cooperação jurídica internacional para a repressão de delitos de corrupção, lavagem de capitais, peculato, entre outros, dispondo o seguinte:

(A) em questões de cooperação internacional, quando a dupla incriminação for um requisito, esse será considerado cumprido se a conduta constitutiva do delito

relativo ao qual se solicita assistência for um delito assim qualificado, nos termos da Convenção, independentemente de constituir um delito de acordo com as leis dos Estados Partes.

(B) os Estados Partes, em conformidade com a sua legislação interna, procurarão agilizar os procedimentos de extradição e simplificar os requisitos probatórios correspondentes quando o pedido de extradição for relacionado à corrupção.

(C) o Estado Parte em cujo território se encontre um presumido criminoso, se não o extradita quando de um delito contra a Administração Pública pelo fato de ser um de seus cidadãos, estará obrigado, quando solicitado pelo Estado Parte que pede a extradição, a executar a sentença penal estrangeira.

(D) cada Estado Parte, a fim de atender à solicitação de confisco de bens adquiridos com o proveito das infrações penais qualificadas na Convenção, deverá, em conformidade com a legislação interna, atender às medidas de confisco determinadas por Tribunal de outro Estado Parte, desde que por sentença penal condenatória firme, no prazo de 30 (trinta) dias.

(E) os Estados Partes devem evitar a transferência de processos e preferir o processamento simultâneo de ações penais em diversos Estados Partes, a fim de que se atinja, em ao menos algum deles, a efetiva condenação dos responsáveis.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra B

Comentário técnico:

A Convenção de Mérida, internalizada pelo Decreto nº 5.687/2006, trata da cooperação internacional na repressão à corrupção. A alternativa B reflete corretamente o teor do art. 44 da Convenção, que recomenda aos Estados Partes a adoção de medidas para simplificar e acelerar processos de extradição relacionados a delitos de corrupção, observadas as normas internas.

As demais opções apresentam distorções ou extrapolações não previstas na Convenção, como a obrigação de executar sentença estrangeira (letra C) ou confisco compulsório com prazos definidos (letra D).

Tema dominante: Cooperação jurídica internacional – extradição

Fonte dominante: Convenção de Mérida (Decreto nº 5.687/2006), art. 44

### Questão 75

Gertrudes compra determinado bem de Homero, produto de crime de estelionato praticado por ele, com plena ciência da origem ilícita da coisa. Concluído o inquérito policial, o Ministério Público requer ao Juiz a declaração da extinção da punibilidade do estelionato, por decadência do direito de representação, ao tempo em que oferece denúncia contra Gertrudes pelo crime de receptação dolosa.

O Juiz acolhe o requerimento ministerial, declarando extinta a punibilidade do delito de estelionato, e, recebendo a denúncia pelo crime de receptação, determina a citação de Gertrudes para oferecer resposta à acusação. Na resposta, a defesa requer a extensão a Gertrudes da declaração da extinção da punibilidade do fato, argumentando que o crime que lhe é imputado está relacionado ao estelionato.

Diante do caso descrito, deverá o Juiz

- (A) declarar extinta a punibilidade da receptação, pois a extinção da punibilidade de crime que é conexo a outro se comunica a este.
- (B) declarar extinta a punibilidade da receptação, pois a extinção da punibilidade de crime que é elemento de outro se comunica a este.
- (C) declarar extinta a punibilidade da receptação, pois a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto de outro se comunica a este.
- (D) não declarar extinta a punibilidade da receptação, pois a extinção da punibilidade de crime que é elemento de outro não se comunica a este.
- (E) não declarar extinta a punibilidade da receptação, pois a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto de outro não se comunica a este.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: Letra E

Comentário técnico:

O art. 180 do CP tipifica a receptação dolosa como crime autônomo, mesmo que o crime antecedente (como o estelionato) tenha sua punibilidade extinta. A extinção da punibilidade do delito pressuposto (no caso, por decadência no estelionato) não impede a responsabilização por receptação, pois esta se baseia em conduta própria, independente da condenação do autor do crime antecedente.

Logo, a alternativa correta é a letra E: a extinção da punibilidade do crime pressuposto (estelionato) não se comunica com a receptação.

Tema dominante: Receptação – extinção da punibilidade do crime antecedente  
Fonte dominante: Código Penal, art. 180; jurisprudência do STJ e STF

### Questão 76

O jurista alemão Claus Roxin, um dos mais relevantes penalistas contemporâneos, faleceu em 18/02/2025. Entre seu vasto legado de contribuição à Dogmática Penal, encontra-se a Teoria da Imputação Objetiva.

Assinale a opção que mostra o raciocínio consentâneo com a Teoria da Imputação Objetiva, segundo Roxin.

- (A) A finalidade do Direito Penal é preservar a vigência do ordenamento jurídico.
- (B) Um resultado apenas pode ser imputado ao tipo objetivo se o agente criou um perigo para o bem jurídico não coberto por um risco permitido.
- (C) O juízo de tipicidade exige a comprovação da tipicidade conglobante, consistente na averiguação da proibição por meio da indagação do alcance proibitivo da norma, não considerada isoladamente.
- (D) O domínio do fato manifesta-se pela possibilidade de o agente continuar ou interromper o desenvolvimento da execução do crime.
- (E) Ação, do ponto de vista jurídico-penal, é conduta socialmente relevante, dominada ou dominável pela vontade humana.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: Letra B

Comentário técnico:

A alternativa B está correta, pois expressa adequadamente o núcleo central da Teoria da Imputação Objetiva desenvolvida por Claus Roxin. Segundo essa teoria, um resultado somente pode ser imputado objetivamente ao agente se este criou um risco não permitido e esse risco se concretizou no resultado.

Ou seja, a imputação do resultado depende de um juízo normativo que afere se a conduta do agente criou um risco juridicamente desaprovado e se este risco se realizou na concretização do resultado lesivo ao bem jurídico tutelado.

As demais alternativas estão incorretas:

A: Refere-se à função simbólica do Direito Penal, mas não à teoria da imputação objetiva.

C: A tipicidade conglobante é conceito de Zaffaroni, não de Roxin.

D: Trata do domínio do fato, teoria que Roxin também desenvolveu, mas em contexto diverso (autor mediato).

E: É definição genérica de ação penal, sem ligação com a imputação objetiva.

Tema dominante: Teoria da Imputação Objetiva – Direito Penal

Fonte dominante: Claus Roxin – Strafrecht – Allgemeiner Teil.

### Questão 77

Dionísio é presidente da Comissão de Licitações do município de Carunchos e, mensalmente, dirige seu carro até um shopping center onde recebe uma mochila contendo dinheiro pago por um empresário interessado em obter privilégios em certames públicos locais.

Dionísio usa tais recursos para adquirir imóveis e os transfere, mediante doação, para sua esposa e filhos menores. Dionísio foi filmado, preso e condenado por decisão transitada em julgado pela prática do crime de corrupção.

Sobre a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

(A) A partir do trânsito em julgado da condenação, Dionísio perde automaticamente a capacidade para o exercício do poder familiar em relação aos filhos menores para os quais transferiu imóveis adquiridos com os recursos ilicitamente recebidos.

(B) O veículo utilizado por Dionísio para recolher mensalmente os pagamentos enquadra-se no conceito legal de instrumento do crime e, por essa razão, está sujeito à perda ou ao confisco.

(C) A eventual progressão do regime de cumprimento da pena aplicada a Dionísio está condicionada à reparação do dano causado ou à devolução do produto do ilícito praticado.

(D) Os bens correspondentes à diferença entre o valor total do patrimônio de Dionísio e aquele que é compatível com sua renda lícita não podem ser considerados produtos do crime para fins de decretação da perda.

(E) A perda do cargo público ocupado por Dionísio deverá ser decretada como efeito da condenação criminal somente se a pena privativa de liberdade aplicada for superior a quatro anos.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra C

Comentário técnico:

A alternativa C está correta. Desde a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), a progressão de regime para crimes contra a administração pública, como corrupção, está condicionada à reparação do dano ou à devolução do produto do ilícito, conforme previsão expressa no art. 33, §5º, do Código Penal.

As demais alternativas estão incorretas:

A: A perda do poder familiar não é automática, mas depende de decisão judicial específica.

B: O veículo usado habitualmente para transporte não se confunde com instrumento do crime, salvo se destinado exclusivamente à prática criminosa.

D: A perda pode incidir sobre bens que revelem manifesta desproporção com os rendimentos lícitos.

E: A perda do cargo público pode ser efeito automático da condenação, mesmo com pena inferior a 4 anos, conforme art. 92, I, do CP.

Tema dominante: Efeitos penais da condenação e execução penal

Fonte dominante: Código Penal, art. 33, §5º; art. 92, I.

### Questão 78

A Lei nº 13.964/2019 trouxe novidades à sistemática do arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza. Acerca da nova redação do Art. 28 do Código de Processo Penal e da interpretação que o Supremo Tribunal Federal lhe conferiu, assinale a afirmativa correta.

- (A) A vítima, ou seu representante legal, e a autoridade policial poderão, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação do arquivamento, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispõe a respectiva lei orgânica.
- (B) Nas ações penais públicas, a revisão do arquivamento do inquérito policial poderá ser provocada pela chefia do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios.
- (C) Além da vítima ou de seu representante legal, a autoridade judicial competente também poderá submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, caso verifique patente ilegalidade ou teratologia no ato do arquivamento.
- (D) A Suprema Corte entendeu que a revisão do ato do arquivamento do Ministério Público viola o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional e reprimou a antiga sistemática, na qual cabe ao Poder Judiciário homologar o arquivamento.
- (E) A inovação legislativa depurou o sistema acusatório, na medida em que fixou caber ao Juiz apenas as formalidades necessárias à baixa definitiva dos autos da investigação.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra C

Comentário técnico:

A alternativa C está correta, pois, conforme a nova redação do art. 28 do CPP, introduzida pela Lei nº 13.964/2019, além da vítima ou seu representante, o juiz pode encaminhar o arquivamento ao órgão superior do Ministério Público quando identificar patente ilegalidade ou teratologia..

As demais alternativas estão incorretas:

A: O prazo para revisão não é de 30 dias.

B: A chefia do Executivo não possui legitimidade para provocar revisão de arquivamento.

D: O STF não reprimou a sistemática anterior, mantendo-se a atuação do MP como dominus litis.

E: Embora tenha fortalecido o sistema acusatório, o juiz ainda atua em controle formal, podendo suscitar revisão em casos excepcionais.

Tema dominante: Arquivamento do inquérito – Sistema acusatório

Fonte dominante: Código de Processo Penal, art. 28.

### Questão 79

Juliano e Pedro decidem subtrair um veículo. Pedro porta arma de fogo, circunstância conhecida pelo comparsa Juliano.

Quando a dupla avista um veículo parado no semáforo, Juliano se aproxima e manda a vítima descer e entregar o veículo, ao passo que Pedro aponta a arma de fogo.

Assustada com a abordagem, a vítima acelera, Pedro dispara a arma de fogo e atinge a vítima mortalmente. Juliano e Pedro fogem sem levar o veículo, mas são presos por policiais militares que estavam em patrulhamento nos arredores do local do fato.

A respeito da responsabilidade penal de Juliano e Pedro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Juliano e Pedro responderão pelo crime de latrocínio tentado.
- (B) Juliano e Pedro responderão pelo crime de latrocínio consumado.
- (C) Pedro responderá pelos crimes de roubo circunstanciado tentado e de homicídio consumado, e Juliano responderá pelo crime de roubo circunstanciado tentado.
- (D) Pedro responderá pelo crime de latrocínio tentado, e Juliano responderá pelo crime de roubo circunstanciado tentado, haja vista que o último não praticou a violência que resultou na morte da vítima.
- (E) Pedro responderá pelo crime de latrocínio consumado, e Juliano responderá pelo crime de roubo circunstanciado tentado, haja vista que o último não praticou a violência que resultou na morte da vítima.

### COMENTÁRIOS

#### Gabarito oficial: Letra B

Comentário técnico:

A alternativa B está correta. Ambos responderão por latrocínio consumado, mesmo sem ter subtraído o bem, pois, no entendimento consolidado do STJ e STF,

o latrocínio se consuma com a morte, independentemente da efetiva subtração patrimonial (Teoria da exasperação).

As demais alternativas estão incorretas:

A: Não é tentativa, pois o resultado morte consumou-se.

C e D: Não há separação de imputações nesse caso, pois ambos participaram do crime que resultou em morte.

E: Não há desdobramento entre roubo tentado e latrocínio, pois o latrocínio absorve a violência e a subtração, consumando-se com a morte.

Tema dominante: Consumação do latrocínio – Concurso de pessoas

Fonte dominante: Código Penal, art. 157, §3º; STF, Súmula 610.

### Questão 80

Antônio, professor respeitado na escola, ofereceu carona à sua aluna Lívia, adolescente de 13 anos, que aceitou a oferta. Ainda no estacionamento da escola, Antônio acariciou os seios da aluna, beijou-a na boca e, enquanto se despia, foi surpreendido pela diretora da escola, que bateu na janela do carro interrompendo a ação, e em seguida, chamou a Polícia.

A respeito da adequação típica da conduta e da incidência da agravante prevista no Art. 61, inciso II, alínea f, do Código Penal (Art. 61. São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: II - ter o agente cometido o crime: f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica) e da causa de aumento, prevista no Art. 226, inciso II do Código Penal (Art. 226. A pena é aumentada: II - de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela), à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

(A) Antônio praticou o crime de importunação sexual e não é admissível a incidência concomitante da agravante e da causa de aumento mencionadas.

- (B) Antônio praticou o crime de estupro de vulnerável tentado e não é admissível a incidência concomitante da agravante e da causa de aumento mencionadas.
- (C) Antônio praticou o crime de estupro de vulnerável consumado e é admissível a incidência concomitante da agravante e da causa de aumento mencionadas.
- (D) Antônio praticou o crime de estupro de vulnerável consumado e não é admissível a incidência concomitante da agravante e da causa de aumento mencionadas.
- (E) Antônio praticou o crime de importunação sexual e é admissível a incidência concomitante da agravante e da causa de aumento mencionadas.

## COMENTÁRIOS

### Gabarito oficial: Letra D

Comentário técnico:

A alternativa D está correta. Antônio praticou estupro de vulnerável consumado, já que a conjunção carnal ou outro ato libidinoso com menor de 14 anos configura o crime, independentemente do consentimento ou da ausência de violência. Além disso, é inadmissível a incidência concomitante da agravante do art. 61, II, f, com a causa de aumento do art. 226, II, do CP, pois ambas se fundamentam na mesma circunstância de prevalência de autoridade ou confiança.

O STJ consolidou o entendimento pela não acumulação dessas causas, em respeito ao princípio do ne bis in idem.

As demais alternativas estão incorretas:

A e E: Não se trata de importunação sexual, mas de estupro de vulnerável consumado.

B: Não se trata de tentativa, pois houve atos libidinosos suficientes à consumação.

C: Embora consumado, a concomitância entre agravante e causa de aumento não é admissível.

Tema dominante: Estupro de vulnerável – agravantes e causas de aumento



Fonte dominante: Código Penal, art. 217-A; art. 61, II, f; art. 226, II; STJ – jurisprudência consolidada.

